

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

**CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**MÁRIO MÁRCIO EUFRASIO DE OLIVEIRA**

**EMPODERAMENTO PESSOAL DE MULHERES  
TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO  
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Cuité/PB

2015

MÁRIO MÁRCIO EUFRASIO DE OLIVEIRA

**EMPODERAMENTO PESSOAL DE MULHERES TITULARES DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
POPULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Orientador (a): Prof. Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Co-orientador (a): Prof. Dra. Michelle Cristine Medeiros da Silva

Cuité/PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

O48e Oliveira, Mário Marcio Eufrazio de.

Empoderamento pessoal de mulheres titulares do programa bolsa família no contexto da educação popular. / Mário Marcio Eufrazio de Oliveira. – Cuité: CES, 2015.

69 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

Coorientadora: Michelle Cristine Medeiros da Silva.

1. Educação popular. 2. Mulheres. 3. Bolsa família. I.  
Título.

CDU 374.1

MÁRIO MÁRCIO EUFRASIO DE OLIVEIRA

EMPODERAMENTO PESSOAL DE MULHERES TITULARES DE DIREITO DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof (a). Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso  
Universidade Federal de Campina Grande  
Orientadora

---

Prof (a). Esp. Luciana Maria Pereira de Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande  
Membro interno

---

Prof (a). Esp. Nuara Freire Morais  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Membro externo

Cuité/PB

2015

À minha mãe, Margarida Eufrazio de Oliveira,  
pelos vinte e três anos de dedicação exclusiva a minha vida.

A nossa ligação é eterna, mãe!

## AGRADECIMENTOS

À professora orientadora, Vanille Pessoa, pelo aceite e condução deste trabalho, pelas oportunidades proporcionadas durante toda a graduação, por apostar no meu potencial na extensão, e, sobretudo, pela paciência e carinho ao longo dos últimos anos;

À coorientadora, irmã por escolha e grande amiga, Michelle Medeiros, pelo aceite em fazer parte da defesa deste trabalho, pela contribuição na construção deste, por todo amparo, amor, cuidado, conforto, proteção e amizade para que tudo saísse bem no fechamento desse ciclo. Seremos sempre cúmplices!

À Nuara Freire pelo aceite em fazer parte da defesa deste trabalho e pelos gestos de carinho sincero e acolhimento nas parcerias firmadas com a gestão municipal

Ao meu pai, Francisco de Assis, pelo exemplo de responsabilidade, honestidade, pelo amor imenso de melhor pai;

A minha segunda mãe/irmã Francisca Estevam e ao meu irmão/sobrinho Vinícius Bruno, pelo amor de família;

À minha tia querida Stella Maris e seus três filhos por todo apoio depositado na minha formação. Muita gratidão por isso.

Ao professor Fábio Resende pelas palavras de força e enfrentamento dos desafios, por acreditar neste trabalho, dentre outros.

À minha grande amiga Viviany Chaves pela escuta, pelo prazer da companhia em muitas noites de produção e balada e pelo grande laço de amizade construído.

À amiga Lysrayane David, pela parceria, companheirismo e carinho nesses anos de graduação. Uma grande amizade;

Às minhas duas grandes amigas mãe e filha respectivamente, Francisca Tavares e Cacilda Cabral, pelo apoio e carinho de sempre;

À amiga Ana Beatriz Venâncio e a sua família, por todo acolhimento, amor e cuidado ao longo de todo esse processo. Vocês moram no meu coração;

Ao grupo de amigas Rayane Albuquerque, Silvana Ribeiro e Vanessa Nogueira, pelo trabalho realizado em grupo, pelas boas risadas, pelo apoio sincero e cuidado de sempre;

Ao grupo de amigas, Júlia Carole, Juliana Melo e Ariana Araújo, por todo amparo e cuidado nos gestos de amizade neste processo.

Ao meu grupo de estudos de graduação e de tantos momentos especiais, Alaíde Amanda, Gyselle Duarte, Jaíne Santos e Maria Cecília;

Aos professores, amigos e colegas do Núcleo PENSO, pelas grandes vivências e aprendizado nos quase três anos de integração;

Ao grupo G.U.L.A. por todos os textos gulosos que pude desfrutar, pelo incentivo e liberdade do pensamento;

As mulheres do grupo Vida Nova e a todos os colegas extensionistas que se integraram a este projeto e contribuíram na construção deste trabalho.

“Só se escreve com intensidade se viver intensamente. Não se trata apenas de viver sentimentos, mas de ser vivido por sentimentos.”

Mia Couto.



## RESUMO

**OLIVEIRA, M.M.E. EMPODERAMENTO PESSOAL DE MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR** 2015. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015.

O maior representante dos programas de transferência de renda no Brasil é o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003. Sabe-se que este programa prioriza a titularidade a mulher e, portanto, não ignora a relação pobreza e gênero, os limites do empoderamento e a autonomia das mulheres. A exploração das mulheres e suas dificuldades se dão desde o seu papel histórico e as responsabilidades aliadas ao tipo de qualificação profissional requerida pelo mercado, feito que contribui para o aumento das suas dificuldades em busca do empoderamento. Como instrumento para a conquista deste empoderamento, a Educação Popular, através da estruturação de grupos, pode ser uma estratégia para este propósito. Dessa forma, compreender a perspectiva de empoderamento das mulheres deste programa em um estudo de caso é o objetivo a que se propôs este trabalho, e justifica-se a partir da experiência vivenciada em atividades desenvolvidas em um projeto de extensão voltado a práticas em Educação Popular com mulheres do PBF. Para tanto, buscou-se abordar por meio de entrevistas narrativas a história de vida dessas mulheres titulares e sua percepção do empoderamento. A pesquisa contou com a colaboração de seis entrevistadas. A análise foi feita pelo método de Schütze (1977; 1983) que visa à reconstrução dos eventos e processos biográficos do narrador. Os resultados encontrados apontaram para três categorias que tentam dialogar sobre os aspectos que construíram essa percepção: (1) mulheres do Bolsa Família e os caminhos para o empoderamento; (2) Grupo de Educação Popular e o viver junto; (3) a emancipação como perspectiva de mudança de vida pelas mulheres. Espera-se que os resultados colaborem para o empoderamento pessoal dessas mulheres, assim como consequência para o fortalecimento das escolhas alimentares no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Palavras-chaves:** Mulheres. Bolsa Família. Educação Popular.

## RESUMEN

OLIVEIRA, M.M.E. **EMPODERAMIENTO PERSONAL DE MUJERES TITULARES DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN POPULAR** 2015. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015.

El más representativo de los programas de transferencia de renta en el Brasil es el *Programa Bolsa Família* (PBF), creado en 2003. Se sabe que este programa reconoce las mujeres como sus titulares de derecho y, por lo tanto, no ignora la relación pobreza y género, los límites de el empoderamiento y la autonomía de las mujeres. La explotación de las mujeres y sus dificultades se dan desde el papel histórico asignado a ellas y sus responsabilidades relacionadas con el tipo de calificación profesional requerida por el mercado, hecho que contribuye para el aumento de las dificultades en la búsqueda de empoderamiento. Como una herramienta para el logro de este empoderamiento, la Educación Popular, por medio de la construcción de grupos, puede ser una estrategia para este propósito. Por lo tanto, comprender la perspectiva de empoderamiento de las mujeres que son titulares por derecho de este programa en un estudio de caso es la meta que se ha fijado para esa investigación, en el principio un proyecto de extensión universitario dirigido a prácticas en Educación Popular con mujeres del PBF. Con este fin, se buscó abordar a través de entrevistas narrativas la historia de vida de estas mujeres y su percepción del empoderamiento. La investigación contó con la colaboración de seis personas entrevistadas. El análisis se realizó por el método Schütze (1977; 1983) destinado a la reconstrucción de los hechos y los procesos biográficos narrador. Los resultados señalaron tres categorías que tratan de hablar de los aspectos que construyeron esta percepción: (1) mujeres del Bolsa Família y las rutas de acceso al empoderamiento; (2) grupo de Educación Popular y el vivir juntos; (3) la emancipación como perspectiva de cambio en la vida de las mujeres. Se espera que los resultados colaboren para el desarrollo del empoderamiento personal de estas mujeres, y así, por consecuencia, para el fortificación de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y para el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada.

**Palabras clave:** Mujeres. Bolsa Família. Educación popular.

## **LISTA DE SIGLAS**

BF – Bolsa Família

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EP – Educação Popular

GEP – Grupo de Educação Popular

ICNA – I Conferência Nacional de Segurança Alimentar

ICNA – I Conferência Nacional de Segurança Alimentar

PBF – Programa Bolsa Família

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviços de Alimentação e Previdência Social

SAPS – Serviços de Alimentação e Previdência Social

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>13</b>
2.1. OBJETIVO GERAL .....	13
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS. ....	13
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
3.1. EDUCAÇÃO POPULAR E A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE GRUPOS. ....	14
3.2. EMPODERAMENTO: O QUE SABER SOBRE ESSE TERMO? .....	17
3.3. DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	19
3.4. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS MULHERES.....	25
3.5. O GRUPO VIDA NOVA.....	27
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
4.1. NATUREZA DA PESQUISA. ....	30
4.2. SUJEITOS DA PESQUISA. ....	30
4.3. COLETA DE DADOS E DOCUMENTAÇÃO .....	30
4.4. ANÁLISES DE DADOS.....	32
4.5. ASPECTOS ÉTICOS.....	32
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>33</b>
5.1. MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA E OS CAMINHOS PARA O EMPODERAMENTO .....	33
5.2. GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR E O VIVER JUNTO.....	36

## SUMÁRIO

<b>5.2.1.A Ludicidade Aplicada Em Grupos De Educação Popular Como Estratégia De Empoderamento Das Mulheres.....</b>	<b>36</b>
<b>5.2.2.Aspectos de Crença, Religiosidade e Espiritualidade no Empoderamento de Mulheres por Meio da Educação Popular.....</b>	<b>38</b>
<b>5.3. A EMANCIPAÇÃO COMO PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE VIDA PELAS MULHERES.....</b>	<b>41</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXO</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas pode-se perceber um grande avanço no que se refere à execução de políticas públicas no Brasil. Dentre elas destaca-se o impulso dos programas sociais de transferência de renda, os quais têm evoluído constantemente e causado impacto na vida de parte da população brasileira. Os programas de transferência direta de renda representaram uma inovação em relação aos modelos anteriores dos programas de combate à pobreza. A inovação destaca-se, sobretudo, quanto à substituição dos benefícios como as cestas básicas de alimento pela transferência monetária (CARLOTO, 2012).

O maior representante dos programas de transferência de renda no Brasil é o Programa Bolsa Família (PBF), o qual foi criado em 2003, (instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004) traz como mecanismo principal de atuação da Estratégia Fome Zero e que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, obtendo bons resultados em seus 12 anos de implantação e sendo referência para vários países (BRASIL, 2015)

Tendo como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e estando baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, o Bolsa Família possui três eixos principais: o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades que reforçam o acesso a direitos sociais básicos, nas áreas de saúde, educação e assistência social, e as ações e programas complementares que objetivam, sobretudo, o desenvolvimento das famílias na superação da situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2015).

Destaca-se que o PBF não ignora a relação pobreza e gênero e os limites do empoderamento e autonomia das mulheres (CARLOTO, 2012). Deste modo torna-se importante comentar sobre a instrumentalização do papel das mulheres a partir do intermédio dos programas de transferência de renda com foco na família. Essa instrumentalização se dá fundamentalmente a partir do papel histórico atribuído às mulheres: sua atuação na esfera dos cuidados intrafamiliares, reforçando suas responsabilidades no âmbito privado doméstico. Essas responsabilidades, aliadas a uma infraestrutura precária para socialização dos cuidados e ao tipo de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho, contribuem para aumentar suas

dificuldades em busca do empoderamento pessoal e da sua autonomia econômica a partir do trabalho assalariado, por exemplo. (CARLOTO, 2008).

Para Lisboa (2000), do ponto de vista político, o empoderamento passa pelo aprofundamento da democracia mediante ampliação da cultura política e da participação cidadã. Para este autor, empoderar significa conquista de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas.

Nessa perspectiva, como instrumento para a conquista deste empoderamento, a Educação Popular, através da formação de grupos na comunidade pode ser entendida como estratégia para este propósito, trazendo a luz de toda discussão sobre participação social, valorização do conhecimento popular e alternativas pedagógicas que promovam, sobretudo, a emancipação dos sujeitos (AMÂNCIO, 2004).

Desse modo, questiona-se: como as mulheres titulares de direito do Programa Bolsa Família e pertencentes a um grupo de educação popular percebem a importância deste empoderamento? Compreender tal questão, a partir da perspectiva destas mulheres, será o objetivo a que se propõe este trabalho.

A proposição deste trabalho justifica-se a partir da experiência vivenciada em atividades desenvolvidas em um projeto de extensão voltado a práticas em Educação Popular com mulheres titulares de direito do PBF. A aproximação com os conteúdos despertou a necessidade de aprofundamento nas questões pertinentes ao empoderamento pessoal de mulheres com este perfil, além da necessidade de estimular nesse público o interesse de conhecer o programa no qual estão inseridas.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender a perspectiva de mulheres titulares de direito do Programa Bolsa Família participantes de um grupo de educação popular sobre empoderamento pessoal.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 2.2.1** Refletir a noção de empoderamento;
- 2.2.2** conhecer as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa com foco na questão do desenvolvimento da independência financeira e emancipação feminina;
- 2.2.3** avaliar a influência do grupo na percepção de empoderamento pessoal das mulheres.



### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 EDUCAÇÃO POPULAR E A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE GRUPOS

Pensar em iniciar com um conceito de Educação Popular (EP) pode ser uma atribuição de difícil execução pensando na perspectiva que a um só tempo a EP é uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais (BRASIL, 2014). Importa destacar que antes de ser aceita nos espaços formais institucionalizados foi consolidada como ferramenta construída no campo da organização e das lutas populares no Brasil.

Falando no contexto brasileiro, para que seja possível reconstituir as bases históricas da EP é necessário considerar, inicialmente, dois desafios, que seria um conceitual e outro político. Conceitualmente, ao longo da história brasileira, a Educação Popular foi entendida de forma polissêmica, ou seja, por vezes ela é referida como o direito de todos à escola, ou seja, a educação do povo e que deve ser assumida pelo Estado. Em outros momentos é conceitualmente entendida como práticas educativas numa concepção emancipatória e que se vinculam a um projeto de sociedade em disputa na defesa da transformação da realidade em curso. Em síntese, o entendimento se dá no sentido de enxergar a educação popular como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitário, potencializadora de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho. Ainda é possível atribuir um terceiro sentido a EP que diz respeito ao entendimento de -educação para o povoll.

O desafio político aponta para a reconstituição histórica da Educação Popular sendo importante considerar que boa parte dos registros e memórias não são reconhecidas como legítimos pela historiografia oficial, pois partem de sujeitos coletivos ou individuais que se contrapuseram historicamente ao Estado e ao que ele instituiu enquanto política social, mas principalmente, enquanto política econômica (BRASIL, 2014).

Portanto, a questão política da Educação Popular é a defesa de uma classe social, que se identifica com os mais empobrecidos numa sociedade marcada historicamente pela exclusão social como a brasileira, pautada na construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere essas desigualdades sociais (BRASIL, 2014).

Diante da variedade de termos que podem desencadear um conceito sobre educação popular, no presente momento, este parece receber reflexões sobre os vários elementos que podem estar conjugados, traduzindo uma formulação conceitual sobre esta pedagogia adequando as condições atuais. Deste modo, para esta compreensão a Educação Popular pode ser fundamentada a partir de um conjunto de categorias que tem estado sempre presente nos seguintes aspectos educativos, isto é: cultura, popular, realidade concreta, trabalho, igualdade, autonomia/liberdade e diálogo. Esses são referenciais que vêm alimentando a história e as práticas em educação popular, constituindo-se como elementos essenciais para o seu exercício trazendo uma melhor compreensão de si e o seu distanciamento dos outros sistemas de educação (MELO NETO, 2004).

1. Dessa forma, torna-se importante saber que não se aprende Educação Popular lendo ou ouvindo. Aprende-se fazendo, vivendo e, mais que isso, se aprende sentindo. É preciso permitir-se viver experiências transformadoras a partir dos vínculos criados com as pessoas, com as famílias e os grupos formados, que apesar da vulnerabilidade social em que vivem, são pessoas fortes e prontas para o enfrentamento das dificuldades impostas pela vida. É preciso aprender a enxergar além dos estereótipos, tão repetidos no senso comum, esses não nos dizem sobre algo ou alguém, pois suas potencialidades estão guardadas esperando um despertar, uma possibilidade ou oportunidades (CRUZ ; VASCONCELOS,2013).

Hoje, há grupos voltados para estudar e implementar a Educação Popular nos diversos países de todos os continentes. Ela é considerada como uma das maiores contribuições teóricas da América Latina para a discussão e o enfrentamento da pobreza e da iniquidade que permeia a humanidade (CRUZ; VASCONCELOS, 2013).

Segundo Melo Neto (2006), as práticas de Extensão Popular visam à construção de ações geradoras de autonomia, especialmente nos setores mais desfavorecidos da sociedade, cuja intenção não é apenas de intervir na realidade social ou observá-la, mas também de contribuir, de maneira significativa, para sua transformação. Na formação

de grupos com mulheres pertencentes a um programa governamental, esta prática vem sobretudo, como forma de entendimento sobre a própria inserção em tal programa, na perspectiva de emancipação (CRUZ, 2013)

No tocante as atividades de educação popular são sabidas que essas não têm em suas fundamentações pedagógicas um programa de referência que sirva de eixo básico de ações, e com isso subentende-se que não existem conteúdos pré-estabelecidos a serem ensinados. Esse é um grande diferencial dessa pedagogia, pois os fatores de problematização aparecerão no decorrer dos programas de forma conexa com os sujeitos envolvidos e suas mediações ambientais e sociais, isto é, a história de vida de cada sujeito que contextualiza este tipo de atividade, sejam elas formais ou não formais, das atividades intervencionistas com base na Educação Popular (FREIRE. In FREIRE; NOGUEIRA, 2005).

Desse modo, entende-se que não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. Ao longo do processo coletivo pode-se transformá-la a partir das classes populares que se educam com a sua própria prática, e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular. Em suas formas mais conseqüentes, que hoje se recobrem de inúmeras iniciativas em todo o continente, a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de uma educação para o povo a uma educação que o povo cria. Que ele produz ao transitar — não porque se educa entre educadores, mas porque inclui a educação popular no trabalho político que educa a ambos de sujeito econômico a sujeito político, e ao se reapropriar — tanto tempo depois, tantas histórias depois — de uma educação para fazê-la ser, pouco a pouco, a sua educação: a educação através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país (BRANDÃO, 2006).

Assim, para Brandão (2006), a educação popular é aquela que o próprio povo faz, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. Neste último caso, a educação popular realiza-se independentemente da presença do educador instruído. Ele pode participar abordando, com o seu conhecimento, informações e interpretações que, a partir dos seus problemas colocados pelas situações de trabalho popular, explicitam e fortalecem o saber popular.

Amâncio (2004), ao falar sobre Educação Popular e intervenção comunitária para contribuições sobre empoderamento, traz a reflexão da importância desta educação em áreas periféricas e rurais. A partir do trabalho realizado com o grupo em questão, percebe-se que este molde encaixa-se em áreas periféricas e carentes de áreas urbanas, causadas principalmente pelo real crescimento desordenado das cidades, quando se fala em urbanização, como também, pelos fatores históricos de desigualdade social no Brasil, tornando grande parcela dessa população desprovida de um melhor acesso à educação.

Assim, espaços não-formais como igrejas, cooperativas, sindicatos, tornam-se espaços os quais a expressão da oralidade através do diálogo confere outra concepção de aprendizado, pois nestes ocorrem exercícios constantes de diferentes linguagens e significados das palavras, por exemplo. Em síntese, compreender a educação em áreas carentes, passa necessariamente por compreender quais propostas e políticas em desenvolvimento neste setor, se estão sendo eficazes ou não, para o empoderamento pessoal dos indivíduos (AMÂNCIO, 2004).

### 3.2 EMPODERAMENTO: O QUE SABER SOBRE ESSE TERMO?

Empoderamento refere-se ao vocábulo inglês *empowerment*. Sinônimo de autonomia, na medida em que se remete à capacidade dos indivíduos e grupos, os sujeitos decidem sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, opnar, participar, dentro do contexto político, econômico, psicológico, dentre outros (HOROSHOVSKI, 2006).

Deste modo, fazendo uma breve alusão histórica sobre o termo em questão, segundo Friedmann (1996), a partir dos anos 60, a sociedade civil se fortaleceu como ator coletivo, democratizou-se por meio de ações fora dos partidos e métodos tradicionais de ação política (sem, é claro, renunciar a essas formas). Constituíram-se os movimentos sociais, que deslocaram a centralidade da luta de classes e incorporaram categorias como ator social e sujeito coletivo, bem como ao lado dos direitos sociais, direitos difusos, temas ambientais, questões de gênero e identidades. Podem-se localizar nos EUA no início dos anos 70, as primeiras referências ao termo empoderamento, sobretudo pelos movimentos civis, em grande parte encabeçados por feministas e negros. Naquele momento a palavra passou a frequentar o discurso do desenvolvimento

alternativo, significando o envolvimento ativo das pessoas na luta pelo aumento e controle sobre recursos e instituições.

Ao longo dos anos, a incorporação da categoria empoderamento em diferentes campos e perspectivas gera a necessidade de mais esclarecimentos, haja vista que o seu conceito tornou-se vital para compreender o desenvolvimento de indivíduos, organizações e comunidades (Zimmerman, 1990). No entanto, à medida que foi aceito, o empoderamento converteu-se no que Zimmerman chama de guarda-chuva conceitual, ao mesmo tempo em que pelo menos, segundo autores como Perkins e Zimmerman (1995 p.2), há uma escassez de esforços de definição. De acordo com estes, do que se escreve sobre empoderamento frequentemente negligencia a conexão entre teoria e pesquisa e frequentemente deixa intervenções focadas no empoderamento sem uma funcionalidade genérica que o autor denomina de *"framework"*, que organize nosso conhecimento (SOLOMON, 1976; PERKINS 1995; COSTA, 2000; CORNWALL, 2000; ANTUNES, 2002).

Sobre os diversos usos desta categoria na literatura o empoderamento ocorre em níveis, referindo o empoderamento individual, o empoderamento organizacional e o empoderamento comunitário. Segundo Zimmerman (apud HOROSHOVSKI e MEIRELLES, 2007), refere-se ser o empoderamento individual também intrapessoal, na medida em que, embora fortemente influenciado por fatores psicológicos, auto-estima, temperamento e experiências o empoderamento individual é relacional, resultando da percepção que os sujeitos têm de suas interações com sujeitos e pessoas.

Segundo Baquero (2012), a inexistência do termo -empoderamento na língua portuguesa e a diversidade de sentidos do termo "apoderamento", ilustram a dificuldade de realizar a tradução fidedigna de -empowerment para o nosso uso. Nessa perspectiva, o empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. Este vocábulo envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, aprendizagem, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica, política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Desse modo, o empoderamento como processo, necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas.

Com isto, este trabalho traz em seu bojo, a percepção de empoderamento individual (sujeitos) a partir do despertar deste na participação em grupo. Portanto, esta categoria, por conseguinte destina-se a uma prática que responda simultaneamente a

experiência subjetiva da "falta de poder", e que ao mesmo tempo, contribua para a mudança das condições sócio-culturais (CARVALHO, 2004).

Em suma, o verbo empoderar neste estudo foi usado da forma intransitiva, ou seja, não é empoderar para isso ou para aquilo, é empoderar no sentido de conhecimentos, de pertencimento. A perspectiva de direito humano é um exemplo disso, o ser humano precisa dos conhecimentos sobre esses direitos porque ele é humano e é direito dele. Fala-se aqui de uma perspectiva emancipatória de empoderamento, processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades agarraram recursos que lhe permitem ter voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão (HOROSHOVSKI e MEIRELLES, 2007). Portanto, o empoderamento aqui está diretamente relacionado à emancipação de pessoas, voltado ao gênero feminino.

### 3.3 DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Até o início do século XX, o estudo da nutrição era dirigido para a determinação do valor calórico dos alimentos, a observação das inter-relações dos microelementos e suas relações com determinadas doenças, predominando uma abordagem biologicista. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, e consequente necessidade de garantir a provisão de gêneros alimentícios, intensificaram-se as investigações quanto ao valor nutritivo e aos métodos para preservação e distribuição dos alimentos. Ao fim desse conflito com a Europa devastada, devido à privação de alimentos, o termo -Segurança Alimentar passou a ser utilizado voltando-se à capacidade de autossuficiência na produção de alimentos de um país. (MAGALHÃES, 1997; MALUF, 2001; BELIK, 2003).

No Brasil, os problemas alimentares da população remetem ao período colonial, em que priorizou o atendimento das demandas do mercado externo. Isto impedia o desenvolvimento de culturas de subsistência para atender ao mercado interno, sendo estas cultivadas, basicamente, para prover as necessidades das propriedades rurais, o que promovia a necessidade da importação de insumos de primeira necessidade, principalmente nas áreas urbanas (BELIK, 2001; VASCONCELLOS, 2005).

A partir dos anos 30 a ciência da Nutrição no Brasil ganhou base com a criação dos primeiros núcleos especializados em Nutrologia. No Rio de Janeiro, em

1932, foi criada, pelo Professor Annes Dias, a primeira cátedra de Nutrição da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, da qual fazia parte Josué de Castro. Este, aponta a fome como algo presente e crônico na sociedade e como principal determinante do subdesenvolvimento da nação. Suas denúncias contrariavam o pensamento dominante na época no qual a raça é que determinava a inferioridade brasileira de outros povos (L'ABBATE, 1988; VASCOCELLOS, 2002; MAGALHÃES, 1997).

Em 1946 Josué de Castro publicou a obra que lhe deu projeção internacional: *Geografia da Fome*. Nesta, ele utiliza a geografia como peça-chave teórico-metodológica para estudar a fome em duas diversas variantes, nas cinco grandes regiões brasileiras, e denuncia a fome –como um flagelo fabricado pelos homens contra outros homens (MAGALHÃES, 1997).

Na década de quarenta, é que o enfrentamento da fome enquanto um problema social e uma política pública propunham congregar ações de introdução de novos alimentos e desenvolvimento de práticas educativas tradicionais, eixos esses que se estruturaram como pilares das políticas de alimentação e nutrição naquele período. Nessa estratégia governamental, a desinformação das classes populares – o mito da ignorância – passa a ser considerado o fato determinante da fome e da desnutrição na população. Somente em meados de 1970, o binômio alimentação-educação começa a ceder espaço para o binômio alimentação-renda, como causa da fome e da desnutrição (AMPARO, 2005).

As causas do problema da fome, apesar de sinalizadas por pesquisadores e acadêmicos, não tiveram impacto nos arranjos político-institucionais brasileiros. As intervenções do Estado se mantinham voltadas para a pobreza e exclusão sem ampliar seu eixo de abrangência nas políticas públicas, de tal forma que produzissem mudanças no modelo de desenvolvimento social. No contexto dos direitos sociais, o problema de fome – para transformar-se em questão alimentar e nutricional – demanda uma integração de políticas públicas que contemplem a trajetória da alimentação humana em sua totalidade. (PINHEIRO, 2010).

As políticas nacionais de alimentação e nutrição do Brasil têm início com a criação dos Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), no início da década de quarenta, cujo objetivo era prestar assistência alimentar e nutricional a um grupo populacional específico: os trabalhadores. Em seguida houve a criação da Comissão Nacional de Alimentação, estabelecendo o Plano Nacional de Educação

com objetivo principal o combate a fome, a econômica e social da nação. Nesse contexto, o Estado assume o papel de mediador das relações entre a empresas (iniciativa privada) e os trabalhadores, para otimizar o acesso à alimentação (PELIANO, 1998).

Em substituição a tudo isso, em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde, considerado como um dos componentes dos –projetos impactoll do governo Médici. O INAN constituiu-se um marco para as políticas públicas de alimentação e nutrição, instituindo um conjunto de programas direcionados às populações em situação de insuficiência alimentar e a grupos populacionais considerados de risco - gestantes, crianças e nutrizes, além dos trabalhadores inseridos no mercado formal de emprego, seguido em meados de 1976, da criação da PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), assumindo que os programas de suplementação alimentar não poderiam ser vistos como substitutivos das transformações no modelo de desenvolvimento econômico e social, sendo entendidos como uma alternativa imediata ao problema da fome (BURLANDY, 2003).

Embora tenha sido uma proposta avançada para a época, o II PRONAN foi fragilizado pelo paradoxo que confrontava interesses econômicos e interesses sociais – cenário que ainda hoje, em certa medida, se mantém nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Essa distância e contradição entre a proposição e a execução das ações e programas mantiveram-se ao longo da década de oitenta, culminando, ao final desse período, com o enfraquecimento institucional do INAN e não priorização política de programas de alimentação e nutrição (PINHEIRO, 2010; VALENTE, 1996).

Em meio a essas contradições, a Constituição Federal de 1988 fundamentou a base de sustentação da área social. Influenciado pelo clima da abertura política e com um discurso de que era preciso –resgatar a enorme dívida social herdada do regime militarll, a Assembleia Nacional Constituinte procurou garantir direitos básicos e universais de cidadania, inscrevendo o direito à saúde, assistência social e previdência em um capítulo específico da Constituição: o capítulo da Seguridade Social (MOZART, 2005).

A área de alimentação e nutrição, assim como a área de assistência social, sempre esteve à margem das políticas públicas sociais. Sem reservas orçamentárias e financeiras adequadas, carente de recursos humanos adequadamente preparados e



suficientes em número e a falta de transparência na gestão das ações, são elementos que expressam a falta de vontade política dos governos. Portanto, as abordagens propostas para as políticas de seguridade social resultam em iniciativas pontuais e pulverizadas e, conseqüentemente, sem resultados efetivos (COSTA, 2003).

Na área de alimentação e nutrição, em 1989, havia doze programas federais nessa área e, ao final do governo Collor, apenas três manteve-se na agenda política: o Programa de Combate ao Bócio Endêmico e o SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) – no âmbito do setor saúde – e o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), sob gestão do Ministério do Trabalho (VALENTE 1996).

Em 1993, a sociedade civil organizada, liderada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lança a *Ação de Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida*, com protagonismo do sociólogo Betinho. Como resultado imediato, o governo Itamar Franco define o combate à fome e à miséria como prioridades de governo, instituindo o primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir disso, o tema alimentação e nutrição ganha espaço de pauta na agenda política e midiática nacional, criando assim logo em seguida a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar ( ICNSA), na qual gerou-se um relatório encaminhado ao Presidente recém-empossado Fernando Henrique Cardoso, mas ainda assim a problemática da fome ainda não se transforma em uma questão alimentar e nutricional (PINHEIRO, 2010; VALENTE, 2002).

Em 1995, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) é extinto e no âmbito das políticas governamentais, é definida uma estratégia de fortalecimento da -via econômica (ajuste neoliberal), que ocorre em prejuízo da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta, então, sai da pauta política de discussões, sendo substituída pela preocupação com o combate à fome. Essa afirmação é respaldada pela opção de mudança do Governo Federal na condução das relações com a sociedade civil – principalmente a Ação da Cidadania, que liderava o movimento pela construção de uma política de SAN. O Governo Federal cria, então, o Programa Comunidade Solidária – que teve como objetivo articular ações de governo com a sociedade civil para acelerar o processo de inclusão social – mas o Estado não assumiu a sua atribuição de propor políticas garantidoras de proteção social (VALENTE, 2002).

Em 1998, teve início o processo de formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e, em 1999, ela é aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde como elemento integrante da Política Nacional de Saúde. Os eixos de ações definidos na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 1994 foram estratégicos para a construção da PNAN, muitos deles sendo incorporados entre suas diretrizes. São eles: produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis. Além disso, a PNAN inova ao firmar a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como fundamento de suas ações e apontar para a necessidade de criação de uma política abrangente de Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 1996; VALENTE, 2002).

A partir de 2000, o governo adota programas de transferência direta de renda como estratégia para assistir à população carente. Fundamentada na experiência do Programa Bolsa Escola – adotado pelo governo federal com base na experiência bem sucedida implantada no Distrito Federal, em 1994-1998, pelo então governador Cristóvão Buarque – a Área Técnica de Alimentação e Nutrição propõe o Programa Bolsa Alimentação para atendimento de crianças menores de seis anos, gestantes e nutrizes de baixa renda. Esse programa foi eficaz, tanto em relação aos seus aspectos técnicos (definição de beneficiários, implantação, protocolo de seguimento e monitoramento), quanto em termos de impacto, embora sua implantação tenha sofrido enormemente por ter sido feita em período pré-eleitoral e eleitoral. Dados mais recentes de avaliação do programa mostram resultados que comprovam o seu êxito em diversos aspectos (BRASIL, 2005).

Em consequente, uma vez eleito numa conjuntura adversa, o governo assumiu a faceta social com alarde através da criação do Programa Fome Zero, programa que ficou sob a responsabilidade do recém-criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Reconhecia a pobreza como uma síndrome multidimensional de carências e elegia os pobres como clientela prioritária da política social devido à sua vulnerabilidade. Em termos de objetivos, o Fome zero utilizava exaustivamente o mote da fome dando continuidade a ênfase de palanque durante a campanha presidencial. O programa pretendia combater a fome inclusive no que concerne suas causas estruturais, que geram a exclusão social, e garantir a

segurança alimentar de toda a população por meio de duas frentes de ação: uma política nacional de segurança alimentar e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e à sociedade civil (ROCHA, 2013).

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República, estabelecendo como objetivo prioritário de sua gestão a segurança alimentar e nutricional e o combate à fome. Coerentemente, entre os seus primeiros atos de governo, reinstalou o CONSEA, com a missão de ampliar o debate setorial sobre essa temática e convocar a II Conferência de SAN, que deliberou pela proposição da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Em setembro de 2006, a LOSAN foi sancionada pelo presidente (BRASIL, 2006).

A permanência do tema na agenda política neste segundo mandato do presidente Lula, o amadurecimento das discussões democráticas sobre o tema no CONSEA e a experiência na construção dessa política pública conduziram à necessidade de institucionalizar um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema – eixo central dos debates ocorridos na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – em julho de 2007, deverá ser estruturado com base nas premissas equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, direito humano à alimentação adequada, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade (PINHEIRO, 2010).

Em novembro de 2011, ocorreu a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no qual, constituiu-se num momento do grande pacto pela soberania e segurança alimentar como também pela promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil com o seguinte lema: -Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos. Nesta conferência todos os estados estiveram representados, respeitando a diversidade e a pluralidade do país, visto que a nossa sociedade ainda se defronta com contradições e desafios decorrentes de nosso histórico de desigualdade social e racial, das marcas deixadas pelo autoritarismo no estado brasileiro e de um sistema político que limita a representação democrática. Assim nesta conferência foi reafirmado que o futuro do Brasil e do mundo depende do aprofundamento da democracia participativa e redistributiva, para assegurar o direito humano à alimentação adequada, a soberania e segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2011).

Em consequente, no corrente ano, mais de 2 mil convidados participaram da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional cujo lema foi -Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar, no qual tornou-se estratégico para se atingir as metas de erradicação da pobreza no país. Neste mesmo evento foi elaborada e logo após divulgada, a carta política da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento lembra que -nas últimas décadas, o sistema agroalimentar vem sofrendo transformações que resultaram em modos de viver, morar, comunicar, cozinhar e se alimentar que não refletem as dinâmicas ricas, diversas e vivas da sociedade (BRASIL, 2015).

A referida carta ainda traz que-no meio urbano, em razão dos desafios de mobilidade, comer fora de casa virou uma imposição, tornando ainda mais complexo o enfrentamento dos impactos negativos dessas mudanças. Enfatiza que na raiz destes problemas -estão as restrições aos alimentos saudáveis e aos meios de produção, como terra e água, bem como aos mercados, destacando ainda que os preços dos alimentos são o principal fator inflacionário no Brasil, principalmente nas refeições fora do lar (BRASIL, 2015).

No documento, os participantes reconhecem avanços e conquistas do Brasil, como a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, conforme relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) - e a política de priorizar a soberania e a segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na agenda pública, entre outros aspectos positivos (BRASIL, 2015).

Ao mesmo tempo em que reconhecem tais avanços, atentam para que se reafirmem compromissos, garantindo a manutenção das conquistas e sua ampliação e aperfeiçoem programas, pois muitos desafios persistem na realidade brasileira, ameaçando a alimentação da população e os sistemas alimentares existentes no país, principalmente os tradicionais, integrantes do patrimônio cultural nacional, diz a Carta (BRASIL, 2015).

### 3.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS MULHERES

Sabe-se que a pobreza é um problema de grande complexidade e como tal não conhece uma solução imediata. Portanto, não pode ser resolvida de maneira súbita e simples. Com isto, o PBF enfrenta importantes questões ligadas à pobreza,

oferecendo-lhes uma resposta pelo menos parcial; melhor ainda, lida com algumas de suas facetas. (PINZANI; REGO, 2013)

Seria um erro pensar que o Bolsa Família se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua obviamente um dos seus principais méritos) (PINZANI; REGO, 2013).

Nessa perspectiva, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado através da Medida Provisória nº132, de 20 de outubro de 2003 e ratificado pela lei nº 10.386, de 9 de janeiro de 2004. O programa se propôs a realizar a gestão integrada do conjunto de programas de complementação de renda e assim reduzir, custos gerenciais e a duplicidade de pagamentos, corrigindo as distorções de famílias que recebe o benefício de mais de um programa, enquanto outras não recebiam nenhum benefício. Além disso, manteve as condicionalidades referentes à área de saúde e educação previstas nos programas anteriores (CONSELHO NACIONAL..., 2004; SCHOTTZ, 2005; SILVA, 2006).

Burlandy (2007) destaca que estudos sobre os programas de transferência renda de países como Nicarágua, Colômbia, México e países africanos demonstraram aumento médio nos gastos com alimentação. Com a inclusão do PBF, a família brasileira necessitada, recebe um cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF), e como nos outros programas anteriores nomeia preferencialmente a mulher como titular de direito, devido ao pressuposto de sua melhor capacidade de racionalização do orçamento doméstico, trazendo em pauta a o empoderamento das mulheres (SCHOTTZ, 2005; BRASIL, 2006).

Leon (2000), ao discutir o empoderamento das mulheres, faz uma distinção entre -poder sobrell, -poder parall e -poder entrell. A autora usa tais diferenciações para examinar tanto o contexto no qual as mulheres em processo contínuo de empoderamento buscam ganhar reconhecimento, como para examinar a natureza crítica do desenvolvimento do poder interno, o qual ainda pode ser conquistado pelas mulheres pobres se estas se organizam e desafiam as estruturas existentes (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Moser (1991 apud OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 11) comenta que, enquanto o enfoque sobre o empoderamento reconhece a importância do aumento de poder das mulheres, tende a identificar o poder menos em termos de dominação sobre outros e mais em termos da capacidade das mulheres de adquirir confiança

em si mesma e fazer escolhas em sua vida e de influenciar os rumos, as mudanças, por meio da capacidade de controlar os recursos materiais e não materiais.

A autonomia e empoderamento estão intrinsecamente relacionadas ao poder. Ambos só podem ser exercidos quando as condições individuais, coletivas, sociais e econômicas permitem fazer e concretizar escolhas (CARLOTO, 2012).

No Brasil, a partir do descobrimento e da colonização, a situação da mulher brasileira na família não foi diferente da vivida por outras mulheres em todo o mundo. De acordo com Del Priore (2000), a partir do modelo da família portuguesa houve uma adaptação da família brasileira ao seu meio colonial, com características patriarcais e tendências conservadoras. A organização da estrutura familiar enfatizava a autoridade do pai e do marido e relegava à esposa um papel mais restrito no âmbito familiar. As mulheres, após o casamento, passavam da tutela do pai para a do marido e executavam tarefas que lhes estavam reservadas, como o cuidado com os filhos e com a casa.

Dessa forma, sob a organização do antigo sistema colonial, a vida feminina estava restrita ao adequado desempenho das tarefas domésticas, como também a uma assistência moral à família, fortalecendo seus laços. Os encargos matrimoniais, no que se refere à manutenção do casal e proteção dos bens, cabiam, portanto, ao homem. Tal proteção era respondida pela mulher com obediência (ALMEIDA et al., 1998).

Portanto, acredita-se que, nos dias de hoje, ao estudar a família, torna-se necessário perceber as novas maneiras de vê-la em composição, estrutura e comportamento. O velho modelo da família tradicional, que aceita como verdade estabelecida à família, composta por mãe, pai e filhos e uma relação baseada na hierarquia patriarcal, na qual, a obediência e sujeição feminina gerava relações desiguais muda sua conjuntura nos tempos atuais. Porém, as influências desse tipo de família na construção de subjetividades contemporâneas não podem deixar de ser consideradas (ALVES, 2002).

### 3.5 O GRUPO VIDA NOVA

Como ponto de partida para direção deste tópico é interessante mencionar o que fala Melo Neto (1999) quando concebe a Educação Popular como um sistema educativo

aberto, que oportuniza esforços de mobilização, organização e capacitação das classes populares. Freire e Nogueira (2005) frisam ser um processo fundamentalmente formativo potencialmente transformador, para o qual não há um programa preestabelecido de conteúdos a serem ensinados, mas educador e educando se conhecendo um ao outro, estabelecendo uma formação mediatizada por suas realidades, interesses e saberes. Foi exatamente de uma forma aberta que se deu o processo educativo e permanente para a criação de um grupo de educação popular vinculado a um projeto de extensão universitária desenvolvido a partir da iniciativa de professores e alunos do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, pertencentes ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Nutrição e Saúde Coletiva – Núcleo PENSO.

A concepção deste projeto de extensão intitulado *-Práticas de Educação Alimentar e Nutricional na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável* partiu da necessidade de discutir-se sobre práticas alimentares saudáveis no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional em grupos socialmente vulneráveis na comunidade.

Sendo assim, foi escolhido como público-alvo, mulheres titulares do Programa Bolsa Família do bairro Bela Vista no município de Cuité-PB, tendo como justificativa a escassez de grupos comunitários na região.

Após o início das atividades de extensão as mulheres participantes do grupo resolveram batizá-lo com um nome que refletisse o olhar do próprio grupo para aquele novo espaço que aos poucos se construía, e assim nasceu o Grupo Vida Nova.

Assim, o -Vida Novall passou a ser um grupo que realiza, até hoje, a cada quinze dias seus encontros numa capela instalada no bairro. Com o passar do tempo, o grupo passou a atingir um caráter popular e no decorrer das rodas de conversa foi percebida a necessidade de despertar nessas mulheres o entendimento sobre o programa governamental o qual estão inseridas e, sobretudo, fazê-las se reconhecerem enquanto grupo e cidadãs de direito.

Para isso, as rodas de conversa, como metodologia principal aplicada nos encontros, consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos.

Trata-se de uma metodologia bastante utilizada nas atividades de intervenção comunitária e tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas,

discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia (NASCIMENTO E SILVA, 2009).

Sendo assim, as rodas de conversas eram realizadas com a exposição dos conteúdos com a finalidade de estimular a discussão a cerca de tal, tendo o auxílio dos extensionistas para a explicação da atividade. Por fim, como forma de registro das atividades, fotografou-se a realização das atividades e a todo término dos encontros os extensionistas reuniam-se para, através de um relatório, expor o que foi trabalhado, as reações e opiniões das participantes, as quais surgiram durante as atividades.

Para dar continuidade ao trabalho pensado no ano de 2012 em sua criação, em 2013 foram traçadas estratégias com o intuito de fortalecer o grupo já existente e ampliar o número de participantes. Dessa maneira realizou-se busca ativa nas residências das mulheres já integrantes do grupo, e para agregar novas participantes se fez um -chamamento‖ coletivo por meio da rádio local e um carro de som, o qual percorreu a localidade (bairro Bela Vista) um dia antecedente a reunião. O encontro permaneceu na capela São José, localizada no presente bairro.

Além disso, nesse mesmo período iniciou-se a discussão sobre empreendedorismo , no qual, as mulheres foram incentivadas a aprender novos conhecimentos e atividades produtivas, sendo esta, uma das estratégias adotadas. Neste momento surgiu a ideia dedesenvolver com estas mulheres a produção de sabão caseiro, como atividade produtiva, sendo este o foco durante uma temporada.

Importa destacar também que além da proposta de trabalhar a geração de renda como complemento do orçamento familiar, a possível descoberta das potencialidades das integrantes do grupo também foi foram estimuladas numa perspectiva de despertar nessas titulares o que elas desejam ser, quais eram as suas habilidades e seus sonhos.

Portanto, a experiência vivenciada nos encontros ultrapassa os muros da universidade e permite um novo olhar sobre o mundo, um sentimento de construção de uma sociedade mais justa.



## 4 METODOLOGIA

### 4.1 NATUREZA DA PESQUISA

Tendo em vista a grande quantidade de estudos nas pesquisas em saúde que utilizam a metodologia qualitativa, tem-se observado uma contribuição significativa no âmbito das produções científicas. Com isto, Minayo (2004), aponta as metodologias qualitativas como: “[...] aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”. Novamente o termo *significado* ganha presença, neste contexto com interesse pelas estruturas sociais, procurando conhecer o *querer-dizer* das estruturas para os sujeitos sob estudo.

Deste modo, o presente estudo tratou-se de uma pesquisa qualitativa descritiva de estudo de caso. Este método busca interpretar os significados – de natureza psicológica e complementarmente sociocultural – trazida por indivíduos (TURATO, 2003).

### 4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por seis mulheres (informantes – chaves), titulares de direito do Programa Bolsa Família do bairro Bela Vista, sendo este de alta vulnerabilidade social, localizado no município de Cuité na microrregião do Curimataú Ocidental do estado da Paraíba.

Essas mulheres são participantes de um grupo de Educação Popular, intitulado Grupo Vida Nova, formado há três anos, por alunos e professores do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, campi Cuité, a partir de um projeto de extensão, intitulado -Práticas em Educação Alimentar e Nutricional na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

### 4.3 COLETA DE DADOS E DOCUMENTAÇÃO

Para coleta de dados foi utilizada a metodologia da Entrevista Narrativa. Foi realizado o teste piloto para avaliar o instrumento a ser usado nas entrevistas. Em

seguida, as entrevistas foram realizadas através do método -snowballll também conhecido snawball sampling (bola de neve) (BAUER, 2002; GASKELL, 2002). Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam outros novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. O número de seis entrevistas se deu pelo -ponto de saturaçãoll que foi atingido quando os novos entrevistados passaram a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WORLD HEALTH ASSOCIATION, 1994). Vale a pena ressaltar que as entrevistados autorizaram o aparecimento de seus nomes reais no presente trabalho, mas, por questões de ética preferiu-se nomeá-las através de pseudônimos, para melhor sigilo de suas histórias.As entrevistas aconteceram na sala do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva – Núcleo PENSO, na Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cuité e foram realizadas uma a uma durante o período de dois meses, com a utilização de um gravador digital. Conforme proposto por Bauer e Jovchelovitch (2002, p.98-100), as entrevistas possuíam quatro fases principais: a iniciação, a narração central, fase de perguntas e a fala conclusiva. Na iniciação, foi pedido permissão para gravar a entrevista e apresentar o tópico inicial que nesta pesquisa interrogava o seguninte: *“Gostaria de pedir que me contasse a sua história de vida. Se a sua história fosse contada em um livro, por partes, como seria? Tudo que você lembrar será importante”*.

Na fase de narração central, as titulares do PBF (sujeitos da pesquisa) começaram a narrar e não foram interrompidas. Em seguida caso houvesse algum questionamento, este era anotado ou gravado mentalmente para perguntar na próxima fase da entrevista. Após o término da narrativa pelos sujeitos da pesquisa, estes foram questionados se havia algo mais para falar, quando sim, as titulares de direito continuavam a falar suas inquietações, se não, era dado início a próxima etapa da coleta, o questionamento. Nessa fase, as questões exmanentes (questões que refletem os interesses da pesquisa) eram transformadas em questões imanentes (temas e relatos de acontecimentos que surgem durante as narrações trazidas pelo informante), para completar as lacunas da história e contemplar os objetivos da pesquisa. Na fase de fala conclusiva com o gravador desligado o sujeito entrevistado pode relatar algo da sua história, caso se sentisse bem.

#### 4.4 ANÁLISES DE DADOS

A análise das entrevistas narrativas realizou-se pelo método de Schütze (1977; 1983), que consiste em um método próprio para este tipo de entrevista, pois visa à reconstrução dos eventos e dos processos biográficos do narrador. Para Flick (2004, p.214) na metodologia de análise de Schütze, o objetivo não é tanto -reconstruir as interpretações subjetivas que o narrador elabora de sua vida, mas sim, reconstruir a inter-relação de cursos factuais de processos<sup>4</sup>l.

Utilizando a recomendação de Bauer et al (2002) a metodologia de análise aconteceu em seis passos. O primeiro foi uma transcrição detalhada de alta qualidade do material verbal. O segundo, uma divisão do texto em material indexado (indica as características: quando, onde, como) e não indexado (refere-se à simbolização, a maneira como o entrevistado compreende os eventos ocorridos em sua história). O terceiro passo foi feito uso de todos os componentes indexados do texto para analisar o ordenamento dos acontecimentos para cada indivíduo. O quarto passo, são investigadas as dimensões não indexadas do texto como -análise do conhecimento<sup>5</sup>l. O quinto passo compreendeu no argumento e na comparação entre as trajetórias individuais, o que levou ao último passo, onde as trajetórias foram colocadas dentro do contexto e as semelhanças foram estabelecidas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e em seguida analisadas.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba sob CAAEE. Para realização da entrevista narrativa as mulheres titulares de direito do PBF assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização e publicação dos resultados obtidos por meio da análise dos dados obtidos. A pesquisa seguiu todas as recomendações da resolução n 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e não ofereceu qualquer tipo de risco ou prejuízo para seus participantes. Para um maior sigilo dos sujeitos desta pesquisa seus nomes foram substituídos por pseudônimos representados por nomes de mulheres que defederam a causa feminina, no Brasil e no mundo, elencadas respectivamente por: Zuzu Angel, Simone de Beauvoir, Rosa Luxemburgo, Pagu, Maria da Penha e Nísia Floresta.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir da análise das entrevistas de seis mulheres titulares de direito do Programa Bolsa Família, com idades entre 30 e 40 anos e participantes do Grupo de Educação Popular - -Grupo Vida Nova. Após a realização da análise de todas as entrevistas foi possível agrupar os resultados em três categorias elucidativas: (1) mulheres do Bolsa Família e os caminhos para o empoderamento; (2) Grupo de Educação Popular e o viver junto e (3) a emancipação como percepção de mudança de vida pelas mulheres.

### 5.1 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA E OS CAMINHOS PARA O EMPODERAMENTO

Levando em consideração que os sujeitos da pesquisa fazem parte do grupo Vida Nova, faz-se necessário destacar que durante os encontros quinzenais eram discutidas questões voltadas a temática dos direitos humanos, sabendo que estes direitos são básicos para todo e qualquer cidadão e que dentre eles o direito à liberdade de pensamento, de expressão, educação, saúde e a própria distribuição de renda são também fundamentados no valor da igualdade, nas oportunidades e autodeterminação.

A iniciativa de trazer para mais perto das mulheres uma possível discussão e entendimento desses direitos tinham importância no despertar das mesmas para a temática em questão. As metodologias escolhidas para as discussões foram peças teatrais, exibição de vídeos e rodas de conversa. Em sua narrativa *Rosa Luxemburgo*, expressa como a sua participação no grupo, bem como, o conhecimento sobre os direitos a fez pensar sobre as suas ideias:

*Quando a gente se adaptou ao grupo, foi quando começou a reunião de verdade. Quer dizer, a reunião não, a união de verdade. Ai teve esclarecimentos sobre o Bolsa, reuniões e mais reuniões, explicações e mais explicações. Que a gente era titular de direito, isso foi meio que “martelando”, sempre dentro do grupo Vida Nova, os universitários, sempre na mesma tecla. Que a gente não tinha que aguentar isso de fulano, de cicrano, porque era direito da gente, o Bolsa, e foi nisso que todo o grupo hoje pensa igual a mim. Na verdade, na verdade, foi o grupo que nos convenceu que a gente tinha realmente esse direito. Por isso eu*

*digo a você que foi o Bolsa e o grupo Vida Nova que veio lá “clarear as ideias. (Rosa)*

A fala acima revela que esta passou a entender melhor que era portadora de direitos pela repetição em que ouviu esta afirmativa, isto é, ela menciona que foi convencida por meio de esclarecimentos e das diversas vezes que a temática foi repetida. Por um lado, esta afirmativa pode levar ao entendimento que esta mulher não conseguiu produzir um pensamento próprio a respeito da discussão, sendo apenas convencida de que tinha direitos pela mera repetição de estudantes universitários a respeito do assunto. No entanto, pode-se pensar também que esta forma de falar que agora sabe que tem direitos é a forma de expressão dela em mencionar que se empoderou deste entendimento. A ideia de convencimento pode se configurar como uma forma de expressão do entender.

Além disso, também foi possível apreender uma outra forma de entendimento sobre direitos, como pode ser observado na fala de *Zuzu*, que diz:

*Eu aprendi muitas coisas. Sobre os direitos da mulher em ser agredida e não ficar calada. Tem a delegacia da mulher que a pessoa faz a ficha aqui e depois vai pra Campina Grande e a pessoa aprende muitas coisas. (...) Coisas que eu não sabia e apanhava calada do marido, era violentada pelo meu marido e ficava calada. E a partir da minha entrada no grupo eu comecei a perceber as coisas como eram, como era a lei. Aí eu tomei a decisão de me separar e denunciar.(Zuzu )*

A partir do que foi relatado pela titular de direito e a percepção do seu empoderamento relacionado ao conhecimento dos seus direitos e das atitudes a se ter em casos como esse, percebe-se a importância da participação em um Grupo de Educação Popular (GEP) para mulheres titulares de direito do Bolsa Família. A participante expressa que a vivência no grupo proporcionou a percepção do que seria ter direitos, a informação de que existem leis e que elas podem ser cumpridas. Diferente da fala anterior, esta mulher expressa o seu entendimento a respeito do empoderamento de maneira mais contundente e deixando claro que foi uma ideia construída por ela ao longo do processo educativo.

Assim, de acordo com Silva (2006), o processo de aprendizagem, o qual se fala aqui não é igual para todos, já que as experiências, os interesses e as vivências são diferenciados. Segundo ele, as especificidades estão presentes em todos os grupos. E ainda assim não existe um sujeito que atinja essa capacidade de

consciência absoluta, até porque, além dos aspectos ideológicos presentes na vida social, um sujeito carrega consigo sua própria historicidade que também está enraizada no seu existir, elencando desde questões que lhe são –claras|| até aspectos inconscientes que não são disponíveis à consciência.

De acordo com Moreira et. al (2012), em um estudo realizado em 11 municípios no estado de Minas Gerais sobre mulheres do Bolsa Família no intuito de analisar o processo de empoderamento das mulheres titulares do programa, teve como sujeitos da pesquisa os 11 gestores do programa, um de cada cidade, e de acordo com as categorias elucidadas alguns dados chamaram atenção: 45,5% dos entrevistados afirmam que as mulheres tiveram maior conscientização dos direitos da família, 18,1% tornaram-se menos submissas aos maridos e 27,2% relatam que houve diminuição da violência doméstica após a implementação do PBF e 36,3% afirmam que houve mais casos de separação.

Os percentuais descritos acima mostram que em relação à submissão a figura masculina pelas mulheres, a violência doméstica e aos casos de liberdade pela separação conjugal denota que muito se tem a fazer para que esses índices tornem-se positivos.

Todavia, comparando a fala da titular de direito *Zuzu* acima e este estudo, reflete nos benefícios trazidos a essas mulheres com a estratégia da Educação Popular como instrumento fundamental no processo de empoderamento pessoal de mulheres, visto que, em sua fala ficou evidente que a mesma aprendeu, percebeu e decidiu sobre os caminhos de sua vida a partir da participação em um GEP e que não basta ser titular do programa Bolsa Família, a participação em um grupo de Educação Popular e o seu entendimento sobre os direitos foi necessário para tal empoderamento. Assim, como afirma Fernandes (2004), a liberdade passa pela busca do reconhecimento como sujeito importante nesse processo, em que deve conceber o diálogo como uma relação de respeito e que o desejo de liberdade deve ser resultado da conscientização de cada indivíduo.

Pinzani e Rego (2012) discorre que se deve ressaltar sobre as possibilidades morais para o alcance da liberdade, pois estas ainda são muito raras nas regiões pobres e atrasadas do Brasil, devido aos rígidos controles familiares que atuam sobre as mulheres. Os controles são advindos de várias figuras familiares, uma vez que a família e seus domínios se ampliam no casamento, originando a família ampliada e, com isto, a extensão da dominação, isto é, muitas delas estão submetidas ao sogro, à sogra, além de ao marido e ao pai.

Portanto, a partir de mudanças como essas, mesmo com os entraves e as dificuldades que são presentes em formação de grupos, o método da Educação Popular visto como um processo pode trazer bons resultados no que se refere à libertação dessa opressão conjugal em algumas mulheres integrantes do grupo Vida Nova e, assim contribuir para potencializar esse tal processo de aprendizagem ou entendimento dos caminhos a serem seguidos por estas mulheres pertencentes ao programa governamental em questão, levando a almejada efetivação de suas metas, por meio da estratégia de participação em grupo.

## 5.2 GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR E O VIVER JUNTO

Segundo a Comissão Nacional da UNESCO (1994), aprender a viver junto, aprender a viver, significa o desenvolvimento da compreensão dos outros em um espírito de tolerância, compreensão e respeito pelas diferenças. Seu ponto central está na tomada de consciência, graças a atividades como projetos comunitários ou gestão de conflitos, interdependência crescente — ecológica, econômica, social — dos indivíduos, comunidades e nações em um mundo em que deixou de haver distâncias geográficas, tendo-se tornando mais frágil e cada vez mais interconectado. Portanto a Educação Popular traz dentro das suas práxis esse processo de aprendizado essencial na formação de grupos.

### **5.2.1 A Ludicidade Aplicada Em Grupos De Educação Popular Como Estratégia De Empoderamento Das Mulheres**

O brincar segundo Modesto e Rubio (2014), faz parte de um processo que envolve comportamentos que a séculos se faz presente e independente da cultura ou classe social do indivíduo, faz parte da vida onde todos consequentemente se divertem, aprendem, socializam, comunicam, trocam experiências, desafiam uns aos outros e interagem, denominando o que pode se chamar de ludicidade. Dessa maneira, muitas das atividades quinzenais no grupo Vida Nova que propendiam o empoderamento das mulheres, eram pautadas em atividades lúdicas, através de jogos educativos que estimulavam a confiança, percepção e observação, relaxamento e sensibilização, resistência, integração grupal, além de teatro e dança.

Nas narrativas algumas entrevistadas expressaram bem o sentimento de valor sobre esses momentos no grupo. Em sua fala *Simone de Beauvoir* transmitiu em seu discurso sobre os encontros um sentimento de conquista e enfrentamento da opressão de se relacionar com pessoas, marca da sua timidez:

*A partir desse grupo eu me desenvolvi muito, enfrentei a timidez, que eu falei que tinha. Eu perdi a timidez com as “brincadeiras”, conversas que a gente tem, muita gente interagindo (Simone).*

Já *Maria da Penha* traz a palavra –distração|| quando se refere às reuniões com o grupo em questão, traz em sua narrativa uma leveza relacionada à importância dos momentos vividos neste grupo, demonstrando sentir-se livre de possíveis sentimentos de culpa comumente gerados pela –obrigatoriedade|| imposta pela responsabilidade das tarefas do lar:

*A gente se distrai e aprende muita coisa. (...) tanta coisa boa, tanta coisa especial (Maria).*

A partir dessas narrativas foi possível apreender o efeito da ludicidade no processo de empoderamento pessoal dos sujeitos, este se revela em depoimentos como esses acima, os quais através da aplicabilidade em grupo, desperta no indivíduo o lado de agente produtor de pensamentos e ideias que fujam do comum, do pragmático, além, claro, a questão do vínculo criado ao longo dos anos a partir do estar em grupo (viver junto), onde neste há a criação de laços fortes de amizade, construção de pensamentos, aprendizado, dentre outros.

Em prefácio no livro *Homo Ludens*, Leyden (2000), discorre que em época mais otimista que a atual, nossa espécie recebeu a designação de *Homo sapiens*<sup>1</sup>. Com o passar do tempo, acabaram-se por compreender que, afinal de contas, não se é tão racional como dita nossa espécie, mas que também se é *Homo faber*<sup>2</sup>. Embora *faber* não

<sup>1</sup> Morin (1991, 2000) afirma que o animal da família dos *hominidae*s, do gênero homem e da espécie *sapiens*, é um ser subjetivo, cujas relações com o mundo objetivo são sempre incertas. É sujeito ao erro e produz desordem. É um ser que carrega em si um lado de loucura, ilusão, confusão, o qual representa seu lado *demens*. Morin afirma que a expressão *homo sapiens*, que representa o homem racional, deve ser aplicada com restrições, porque o *homo* é também *demens*. Entre *sapiens* e *demens* não existe fronteira. Os sentimentos e as emoções são necessários à racionalidade e ao conhecimento. Somos possuídos pelas ideias e pela cultura na qual estamos integrados e inseridos, fenômeno a que chama de Noosfera, e agimos automaticamente na forma de um semissonambulismo quando não nos apercebemos da ação das ideias sobre nós (Morin, 2000).

<sup>2</sup> A palavra latina *faber*, que provavelmente se relaciona com *facere* (fazer alguma coisa, no sentido de produção), designava originariamente o fabricante e artista que operava sobre materiais duros, como



seja uma definição do ser humano tão adequada como *sapiens*, ela é tão importante como o raciocínio e o fábrico de objetos, pois ele também constrói pensamentos de construção, competição e conflitos. Acredita-se que depois de *Homo faber* e talvez ao mesmo nível de *Homo sapiens*, a expressão *Homo ludens* merece um lugar em nossa nomenclatura.

Concordando com o que Morin discorre na obra *A Cabeça Bem-Feita: o ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural*. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares – comer, beber, defecar- estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar – põe em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro.

Essas questões acima fazem refletir que o homem além de sua racionalidade (*sapiens*) também é desordem (*demens*) e assim também descontração, distração, brincadeiras (*ludens*). Por esse motivo sobre a condição de vida em que vivem essas mulheres, pessoas em alta vulnerabilidade social que nasceram em uma realidade a qual foram conduzidas a viver racionalmente pelo enfrentamento das dificuldades oriundas da pobreza, torna-se importante pensar num ser humano que necessita de momentos de distração e -brincadeiras. Dessa forma são atividades como essas que resgatam no sujeito outros olhares sobre a vida. Portanto, ao integrarem-se ao grupo, essas mulheres se deram a oportunidade de viver o lado divertido, passando a ver a vida com menos dureza e, sobretudo, com mais expectativas.

### **5.2.2 Aspectos de Crença, Religiosidade e Espiritualidade no Empoderamento de Mulheres por Meio da Educação Popular**

Ao falar da temática -Grupo de Educação Popular é inevitável não discutir aspectos de crença, religiosidade e espiritualidade, ainda mais quando se refere a grupos de extensão na comunidade, a qual grande parte de sua origem advém de

---

pedra ou madeira; era também usada como tradução do grego *tekton*, que tem a mesma conotação. A palavra *fabri*, muitas vezes seguida de *tignarii*, designava especialmente operários de construção e carpinteiros (ARENDDT, 2010).

grupos religiosos como as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais, dentre outros.

No grupo Vida Nova essa temática não entrou em pauta, na verdade nunca foi foco do grupo essa questão. Porém, é importante destacar que as reuniões ocorriam dentro de um espaço estritamente religioso, ou seja, em uma capela de bairro, o que aproxima de certa maneira, os encontros do fator religiosidade, mesmo sem ser ponto de interesse de discussão. A análise das falas possibilitou a percepção de que existe uma forte relação no discurso das mulheres com questões pertinentes a fé, apresentando em seus discursos a ideia da direta interferência divina na solução de seus problemas.

Dessa forma, nas entrevistas, algumas titulares de direito do PBF, integrantes do Grupo Vida Nova, deixaram evidente em suas falas forte crença no que se refere à gestão de suas vidas e dos momentos felizes à resolução dos problemas diários, o que ocorre na fala abaixo:

*E teve essa época que eu tive que tomar decisões mesmo e não voltei atrás não! Porque ele (marido) ofereceu muita droga a ele (filho) (...) E teve essa época que eu tive de tomar decisões mesmo, e não votei atrás não. Seja lá o que Deus quiser, se Deus quiser que eu volte, Deus vai ver as decisões. Deus vai tomar as decisões por mim, não sou eu não. (Zuzu).*

A partir da narrativa acima, percebe-se que pensar a introdução de temáticas envolvendo espiritualidade e fé não seria uma boa estratégia para estimular a almejada percepção de empoderamento por parte das mulheres deste grupo, visto que a partir do seu discurso, esta inserção poderia gerar conflito no processo de estímulo ao pensamento crítico e reflexivo.

Vasconcellos (2009) traz que a questão religiosa das classes populares não pode ser vista como uma questão tradicional, arcaica e, por isso, descartada. O importante não seria constatar a importância da religião para estas classes socialmente vulneráveis, mas a sua dinâmica de transformação que a faz uma resposta atualizada e renovada às intensas transformações sociais que estão acontecendo. É um instrumento de resistência à lógica da modernidade que ampliou a desigualdade e a injustiça. Uma estratégia de sobrevivência, em que a busca do sobrenatural tem a ver com a solução de problemas imediatos e cruciais e não com o investimento na vida após a morte.

Como comunidade científica e acadêmica conseguiu-se entender com mais precisão porque a mentalidade religiosa tem se tornado tão mais presente nas massas populares dos países da América-latina. Cristian Packer, sociólogo chileno assevera que o processo de modernização, industrial, comandado pela lógica da ciência e da racionalidade técnica nos Estados Unidos e na Europa ocidental (e também em bolsões de prosperidade da América Latina), resultou no que se pode chamar de um conforto mínimo para a maioria da população destas regiões do mundo (Valla, 2001). Vasconcelos ainda afirma que a modernização gerou um desvio de atenção dessa parcela da população sobre a forma religiosa de organizar a subjetividade.

No entanto no Brasil, por exemplo, esse processo de modernização nesse aspecto ocorreu de uma forma diferente nas classes que vivem na linha da pobreza e extrema pobreza. Houve, segundo Vasconcelos (2009), um aumento da desigualdade social, dependência e subordinação. Dessa maneira, até hoje, mesmo com mudanças econômicas e sociais através de programas como o PBF, uma grande parte da população ainda continua com uma visão religiosa apenas, dificultando assim o entendimento do pensamento voltado à lógica científica.

Mas, concordando com Pinzani e Rego, (2012), num dos maiores estudos realizados com o PBF até hoje, envolvendo municípios das regiões mais pobres do país, o depoimento de uma das entrevistadas neste estudo chamou bastante atenção quando relata que a pessoa pobre tem que ter alguém do seu lado para ajudá-la: *“O mundo é feito assim, tem que ter o apoio de quem tem condição. É assim. É assim na sociedade, na nossa casa, na escola, na igreja...”*. Achava que com o Bolsa Família, o governo estava retribuindo o que *“pagamos com os impostos”*, mas reconhecia que o governo vigente nessa época era o primeiro que fazia isso. Em sua fala destaca ainda, *“o nosso presidente, ele era pobre, não era? Quantas vezes ele não lutou para ser presidente? Ele sabe o que estou passando, sabe o que estou sentindo. Ele já soube.”* Esta entrevistada chama-se Dona Inês, evangélica e titular do PBF.

De acordo com o estudo citado acima, percebe-se em Dona Inês que apesar dos entraves em sua vida, no que se refere ao enfrentamento da pobreza e da sua forte crença, uma grande complexidade de sentimentos e intuições morais. Seu senso de justiça leva a considerar as causas da sua pobreza como sendo o resultado

de arranjos institucionais, sociais e políticos, e não do acaso ou da vontade de um ser divino. Neste sentido, para Vasconcelos (2009) não descarta a possibilidade de inclusão de aspectos de crença em grupos de Educação Popular, pois através de sua análise percebeu que conflitos são gerados e esses podem provocar questionamentos, inquietações, opiniões, que denotam certo poder ao sujeito, no caso das mulheres do BF a religiosidade entraria no importante papel do viver junto e não na decisão de suas vidas.

Por outro lado, é importante pensar que a partir da formação de GEP sejam articuladas e firmadas fortes parcerias com os gestores, agentes públicos locais e meios de comunicação, para que as titulares desse programa governamental se organizem e participem do processo de gestão local, por meio das conferências de saúde e assistência social, assembleias nas câmaras municipais, e que as mulheres do grupo Vida Nova possam ser ouvidas. Assim, a estratégia de envolver a crença das pessoas quando se refere ao empoderamento dessas, com os possíveis conflitos que poderiam ser gerados, somados a ideia de escuta dessas cidadãs, seria uma boa forma de enxergar possibilidades de mudança e prosperidade na vida dessas mulheres.

### 5.3 A EMANCIPAÇÃO COMO PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE VIDA PELAS MULHERES

No cenário dos programas sociais no Brasil é sabido que o Programa Bolsa Família é o que mais almeja alcançar no indivíduo a sua emancipação, visto ser uma de suas principais estratégias. Escolher titulares de direito deste referido programa esteve dentro dos planejamentos deste grupo de Educação Popular na busca do empoderamento pessoal destas mulheres e sua consequente emancipação.

Nas transcrições foi possível perceber que essas mulheres mudaram de vida após o PBF:

*Na minha casa não tinha geladeira; como eu já disse a você, eu não tinha um colchão digno pra dormir. Depois do Bolsa Família, você conhece minha casa, não é? Não é uma coisa luxuosa. Mas eu tenho minha cama, tenho geladeira, meu colchão, meu guarda-roupas; os meninos cada qual tem o seu, eu tenho fogão novo, tudo com o dinheiro do Bolsa e a última compra com esse dinheiro foi a realização de um sonho dos meninos: um notebook. Estou pagando com o dinheiro do Bolsa, entendeu? O Bolsa mudou, mudou minha vida! (Rosa)*

*Muita gente no começo dizia que o Bolsa... Criticavam quem tirava o Bolsa Família. Porque diziam que era pra gente miserável. Eu não gosto nem de citar esses nome! Ou seja, é estar no fundo do poço e ir lá pra o finalzinho. E isso eu não comentava porque não é todo mundo que tem uma vida difícil que gosta de sair comentando, porque aí se sente pra baixo né?(Rosa).*

*Tem mãe que diz assim: Meu filho vá pra escola pra não perder o Bolsa Família! Eu fico muito chateada quando eu escuto uma mãe dizendo isso, porque ela está interessada no dinheiro que ela vai tirar do cartão. Eu nunca abri a boca pra falar isso pro meu filho!Eu disse: Minha filha vá pra escola. Ela responde: Mãe é pra não perder o Bolsa? Eu disse: Não! É pra você ser alguém na vida. Pra você estudar, ser doutora, doutor,médico, polícia, seja lá o que você decidir ser, não é pelo Bolsa não, pois dinheiro não é tudo não. A pessoa hoje tem que ter estudo. Sem estudo ninguém é ninguém.(Zuzu)*

Partindo da ideia que este programa tinha como metas em sua criação a execução de estratégias através de políticas emergenciais - alívio imediato da fome e miséria - e estruturantes - inclusão social e emancipação de pessoas- estão contidas nas falas acima, as mudanças ocorridas na vida das famílias e em especial nas mulheres, principalmente, quanto se diz respeito ao alívio da pobreza e aos poderes que lhe foi posto com o ganho do auxílio mensal.

Segundo Bronzo (2008), o PBF tem trazido efeitos ao longo de sua implantação no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público (como participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando, às titulares, maior poder de permuta, maior capacidade de fazer escolhas, como também poder de decisão sobre o uso do dinheiro recebido. E nessa perspectiva que as mulheres do Grupo Vida Nova em discursos como esses acima mostraram o entendimento das condicionalidades não como imposição exclusiva do recurso mensal, mas como uma possibilidade de mudança de vida, de perspectivas futuras relacionada aos filhos, a família.

Assim, no bojo das lutas entre esses discursos que Santos (2011) afirma que as práticas sociais como a formação de Grupos de Educação Popular são acionadas e ganham visibilidade, como no caso do conceito de empoderamento, o qual se tornou uma ferramenta para a formulação e a execução de política pública, assim como uma prática no processo de intervenção social desenvolvida principalmente

por organizações não governamentais e movimentos sociais. Esses grupos, atribuindo-se a função de -mediadores, de educadores sociais, assumem a tarefa de -empoderar outros grupos, para que sejam transformados em -protagonistas de sua própria história, em uma prática prescritiva de modos de ser que julgam e definem como ser autônomo ou não.

Em resumo, esses resultados concordam com o que se propôs em 2008 a criação do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres neste trecho abaixo:

*Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas, e de romper com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008).*

Portanto, a titularidade do cartão proporcionou a essas e muitas outras cidadãs; mães de famílias, donas de casa; o respeito perante aos outros membros da família como gestora do lar, -chefes da família quando se fala em planejamento financeiro, por exemplo:

*Tem meses que eu recebo 298 reais, 240 eu tiro pra feira e pro botijão, e os outros 58 eu compro sandália pra um, pra outro e pra outro. O que sobra eu coloco dentro de um "miaeiro", que tem na minha casa, que é pouquinho, pra quando for ao final do ano eu poder comprar uma "párea" de roupa boa e um par de sandálias. E todo mês essa rotina. Aí quando um estiver doente, esse dinheiro eu já tomo emprestado e compro a medicação deles, aí já não tem a sandália, porque tem a medicação. (Zuzu)*

A mulher titular de direito do Programa Bolsa Família, hoje, entra no histórico de evolução da luta das mulheres relacionadas à conquista de espaço na sociedade, ao poder de escolhas e decisões sobre suas vidas.

Além disso, nas narrativas citadas acima, as titulares também se mostram responsáveis no que se refere às prioridades da família como a saúde, educação e comida, mas também se mostram conscientes e decididas em afirmar que após a participação no GEP despertou entendimento sobre o uso do auxílio recebido por elas, sendo este livre.

Nas falas seguintes os sujeitos desse estudo demonstram sentirem essa liberdade e autonomia de poder usufruir esse complemento de renda livremente para a sua família:

*O Bolsa Família veio assim a calhar mesmo. É uma renda a mais que todo mês tem aquele dinheiro ali certinho e serve pra gente e pros filhos. Comprar para os filhos materiais, roupas. Muito bom muito bom o Bolsa Família. (Simone)*

*O PBF, remete pra mim mudança! Por que dele a família consegue se manter em questão de alimento, escola para os meninos, calçados, roupas, medicação, tudo isso. (Pagu)*

Este entendimento em relação ao uso livre da transferência de renda torna-se importante no que prega a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, além de visar a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) não preza apenas a não privação total de alimentos, mas também, ao não comprometimento das outras necessidades do sujeito de acordo com as condições deste. Somado a isso, essas narrativas evidenciam a evolução constante das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, mostrando eficácia na substituição do método da doação de cestas básicas pelo Fome Zero, até a transferência de renda direta condicionada livre, o qual tem trazido resultados positivos na perspectiva e SAN e DHAA.

Além de aspectos ligados a SAN, um trecho da narrativa abaixo uma narrativa chama atenção:

*Com o meu Bolsa eu vou te dizer uma coisa que parece mentira. No meio de vocês eu acho quase fora da realidade. Mês passado eu tirei meu bolsa família, então eu fui à feira aí comprei uma caixinha de morango. Aí chegou um sobrinho meu, olhou pra mim e disse: tia o que é isso? É morango. Ele disse: tia me dá um que eu nunca comi? Nunca tinha comido, o menino tem 10 anos um morango. Eu peguei dei a bandejinha para ele e fui com meu Bolsa Família, comprei outro. Coisa que nem eu comia antes do bolsa família, entendeu? Quer dizer, saem essas pequenas coisas que são realizadas com o BF, não só meu, mas de outras famílias também (Rosa).*

A análise da fala da participante permite afirmar que além dos aspectos já mencionados em relação ao Bolsa Família, a titularidade neste programa permite mudanças na rotina das famílias no que se refere ao poder de escolha alimentar. Esse poder se revela em narrativas como essa acima, a qual o indivíduo adquire um novo hábito alimentar, como poder ir a feira livre comprar outros alimentos sempre que possível (acesso regular) e aumentar a variedade desses alimentos à mesa.

Nessa conduta, o trecho da narrativa abaixo, dessa mesma titular, vem com a ideia da importância que um programa como o Bolsa Família atrelado a inserção participativa em grupos resultou em uma melhor maneira de pensar desta cidadã e como estratégias como esta podem se expandir por outros locais que anseiam essa mesma necessidade:

*Isso foi depois do grupo que a gente teve a conscientização de que o Bolsa não é simplesmente um... sabe? Eu comecei a entender e a pensar. Eu digo quer saber? Minha vida cresceu depois do Bolsa e isso me faz feliz até hoje. (Rosa)*

Exergar-se como cidadã de direitos após a sua entrada no GEP, deixa bem claro que ela pode refletir mais sobre o preconceito que esse público enfrenta, denotando isso sinais do empoderamento pessoal e reafirmando a importância da formação de GEP na efetividade do programa e na desejada emancipação do indivíduo no olhar da inclusão social desses sujeitos de modo participativo.

Uma outra pauta a ser discutida em relação à emancipação das mulheres do PBF é a autonomia:

*Vieram me oferecer um trabalho e eu disse que não queria. Agora veja bem você: A pessoa me ofereceu trabalho de segunda à sexta para arrumar, cozinhar e passar, 150 reais. Aí você acha que eu sou preguiçosa, porque eu não quis um serviço de 150 reais? (...) hoje eu tiro 200 e alguma coisa do Bolsa. Prefiro ficar em casa cuidando de mim, da minha saúde. (Rosa)*

Em sua fala Rosa mostra-se autônoma em sua posição quanto a trabalhos de caráter subalternos, mostrando que não se encontra acomodada com o recebimento do auxílio do Bolsa, mas que tem a consciência do valor que tem o seu trabalho e que não está sujeita a esse tipo de serviço e que prefere cuidar de sua família e da sua própria vida. Porém, essa questão deixa a tona o seguinte pensamento: Quando se fala em -cuidar de mim, qual olhar é dado a essa expressão pelos articuladores das políticas sociais?



Nas atividades realizadas no Grupo Vida Nova às questões voltadas ao auto-cuidado e autoestima, foram sempre presentes. Com isso, seria de extrema importância cuidar dessas titulares no sentido intelectual, profissional e, sobretudo, na educação dessas pessoas, reconhecendo o importante papel da Educação Popular nesse processo, mas também, a necessidade de um maior investimento do programa em questão nessa mulher que ele deseja inserir no mercado de trabalho, no intuito de emancipá-la a partir da transferência de renda no momento em que jubila seus 12 anos de existência.

Concordando com o que Rego e Pinzani (2013) afirmam em síntese dizendo que por mais que seja baixo o valor do auxílio do BF, é regular e, além disso, pode ser visto como política de urgência moral, capaz de desenvolver pactos coletivos, de estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento de autonomia ética e política, pois seus primeiros resultados autorizam a pensar que possui em causa condições de se transformar em política pública de cidadania, assim efetivando no Brasil um desenvolvimento não somente econômico, mas também, democrático .

Apesar de no presente estudo ter-se encontrado em algumas entrevistas fragilidades relacionadas a percepção de empoderamento, essa questão faz lembrar sobre o longo processo da política de combate a pobreza e o PBF, que voltando a usar a expressão de Nansyr Fraser (1998), esta situação precisa ser enxergada pelo Estado como -urgente e moral, pois muito se tem a investir e sabe-se que a grandeza deste processo ainda é de difícil avaliação.

Portanto, reforça-se aqui a importância e eficácia da formação de grupos de Educação Popular e suas práticas explícitas nesta pesquisa, no processo de empoderamento das mulheres por meio do recebimento da renda monetária, no desenvolvimento da capacidade possibilitada dessas, de escolher a vida que quer viver, sendo representada num despertar de uma vocação a uma própria conquista na família ou na comunidade em que vive.

Mesmo assim torna-se importante destacar que nas leituras das transcrições ficou evidente em algumas das entrevistas a dependência por parte das mulheres em relação Programa Bolsa Família:

*Eu me acho, assim, uma guerreira porque tem muitas por aí que o que elas ganham não dá valor, é mais pra farra e eu não, me sinto mulher guerreira por isso. Muita gente aqui me conhece e sabe da minha história. Imaginar, meu Deus, meu filho já está fiando um rapazinho. Então eu tenho que trabalhar. E hoje eu trabalho não*

*sei até quando, mas sempre vou depender do meu Bolsa Família. (Nízia)*

*Minha vida mudou, assim, questão do Bolsa, né! Esse Bolsa eu dependo bastante dele. (...) É do Bolsa que eu dependo, eu endividada se tirarem o Bolsa, como vai ser? Pra ver como a vida é difícil, a gente quer trabalhar, mas não tem como. Mas é isso mesmo. (Pagu)*

Falas como essas acima, despontam que em 12 anos de criação, o PBF ainda busca alcançar como resultado à emancipação de seus titulares e suas famílias, tornando-se bastante necessário a implantação de estratégias voltadas a isso. Deste modo, a necessidade um replanejamento de metas deste programa é evidente, devendo dentre este incluir de vez em pauta de discussão a emancipação possibilitada a esse público, pois é a partir do seu acontecimento através da devolução do cartão do cidadão que desencadeará a autonomia e liberdade desse povo.

No entanto, a fala abaixo da entrevistada como titular de direito do PBF mostra o seu pensamento pensa sobre o que vem sendo discutido:

*“Eu não preciso estar me humilhando, ganhando 150 reais na casa de alguém, entendeu? Agora, se chegar alguém e disser assim, eu vou te pagar o justo, pelo teu serviço, aí pode ter certeza, eu encaro. Mas enquanto não “nêgo”, é melhor ficar do jeito que vai!” (Rosa).*

São narrativas como essa que fazem refletir o quanto é importante à transferência de renda na vida dessas pessoas, a regularidade, o poder de compra, o crédito que lhe é oferecido através deste auxílio, que lhe dá a segurança do poder de escolha, no momento em que entende o valor que tem o seu trabalho e que não exerga o programa como dependência, mas como alternativa segura de não se submeter ao trabalho mal remunerado e desvalorizado.

Além disso, concordando com Rego e Pinzani (2012), o Bolsa Família constitui a primeira experiência regular de obtenção de rendimento, na vida de muitas mulheres. Antes disto, ela se resumia à luta diária relatada em muitos trechos de fala nas entrevistas:

*A gente que e agricultor, não é suficiente, e mais agora com essas estiagens e tudo hoje esse tipo de agricultua não tem lá, tipo*

*assim, o semi-árido com falta de chuva, não tem tanta produção. Então, o Bolsa Família veio a calhar mesmo...” (Simone)*

*Foi a melhor coisa que fizeram, ter essa ajuda pra gente. Até porque as mulheres precisam né? Porque viver dependendo só de homem não é bom e assim eu acho que muitas mulheres que vivem dependendo de homem, não é bom. Você ficar ali no pé do homem só recebendo o que ele te dá... Então o Bolsa ajuda bastante. (Nízia)*

Diante disto, Rego e Pinzani (2012) em pesquisa por uma cobertura do país afirma que a renda em forma de dinheiro constitui-se como condição real de início de processo de liberação, sobretudo das subjetividades das pessoas, tornando-as, pessoas determinadas e assim autônomas. Outro ponto relacionado à autonomia é a confiança através do recebimento do auxílio, no comércio, por exemplo. Mesmo endividada pelo baixo valor do auxílio, como relata uma das entrevistadas, o dinheiro recebido por ela permite ser confiada e ter espaço no mundo do crédito. A confiança é um importante valor, pois seu inverso (desconfiança) impõem vergonha e humilhação.

É importante registrar, que foi possível perceber que essas mulheres, a partir do Bolsa Família, puderam, ao receberem a aprovação de posse do cartão, tornar-se mais responsáveis diante da família e sociedade, passando a sentir a vida de uma maneira mais distinta a partir de uma renda certa, a qual não eram de modo geral habituadas, trazendo-lhes, sobretudo, o aprendizado de como lidar com o dinheiro do benefício para muitas vezes programar o mantimento da família durante todo o mês.

Em suma, no processo de emancipação dessas mulheres foi constituída sim aberturas de autonomização importantes para a quebra de enigmas referentes à sua dominação subjetiva, uma importante dentre elas é o poder sobre a sua própria vida. Contudo, sabe-se que nos encontramos num início de um longo processo para que esse empoderamento seja mais concreto e a mulher, assim como qualquer indivíduo seja dotado de cidadania cultural. Cultural por ansiarem de políticas culturais direcionadas a liberdade, participação social, apropriação de direitos e inclusão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a partir da extração das categorias elucidadas, torna-se importante reconhecer que diante os desafios presentes na formação de grupos na comunidade, o método da Educação Popular conseguiu em três anos resultados positivos referentes à libertação da opressão conjugal vivida por algumas mulheres integrantes do grupo -Vida Novall, provando que esta pedagogia pode contribuir na construção do início de um longo processo de emancipação dessas pessoas ao denotar pontos de empoderamento pessoal pela conquista de liberdade. Nessa mesma perspectiva, a ludicidade aplicada a essas mulheres intitulada por essas como -brincadeiras, trouxeram uma nova maneira de olhar a vida permitindo-as viver a diversão, muitas vezes escondida na maioria das situações pela conduta racional imposta pelo enfrentamento da pobreza e a obrigatoriedade das tarefas do lar, despertando nessas, sentir também o lado lúdico e demens, necessários a qualquer ser humano que imagina e sonha dias melhores.

Somado a isso, a emancipação das mulheres titulares do Bolsa Família e a respectiva percepção de empoderamento, com foco na autonomia e independência financeira, dentro de um grupo de extensão popular, foi percebida pela organização e programação dessas mulheres no mantimento da família durante todo o mês. Além disso, o sentimento de valor conquistado ao receber este auxílio, através do crédito que lhe é dado, o respeito perante a sua família e, sobretudo, a responsabilidade ao terem aprendido a lidar com um dinheiro fixo mensal, a administrar e assim escolher o que fazer com a transferência de renda e com a própria vida, também se enquadra no empoderamento conquistado por essas titulares.

Diante do cenário em que se encontra o programa governamental em questão, que em outubro do corrente ano jubila mais de uma década de mudanças no novo conceito de política pública de acesso, oportunidade e inclusão, chegou a vez deste ouvir seus titulares por meio de parcerias com os gestores locais e comunicadores. Estas mulheres precisam conversar entre si e esses precisam receber esta escuta. Por isso, torna-se importante, mais uma vez, reforçar o grande papel da Educação Popular e suas transformações na comunidade, principalmente, nas mulheres, protagonistas deste programa, que através de atividades implantadas na comunidade puderem enxergar, decidir e aprender a fazer suas escolhas.

Portanto, foi esse poder de decidir ser e escolher destas mulheres que motivou a escrita deste trabalho e como produto final de um processo de planejamento e atividades realizadas ao longo de três anos no despertar desse empoderamento, além das outras sínteses expostas em toda escrita, é importante frisar a contribuição diretamente relacionada aos aspectos ligados a Segurança Alimentar e Nutricional deste público com o fortalecimento d suas escolhas alimentares a partir das práticas alimentares pautadas no grupo, como também, a premissa dos direitos humanos, principalmente, o Direito Humano à Alimentação Adequada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. O.; BERNARDES, E. L.; SANTOS, M. F. S. **Subordinação e Rebeldia**: o papel da mulher na família nuclear moderna, 1998. Disponível em: <[www.ufmt/revista/edicoesanteriores.html](http://www.ufmt/revista/edicoesanteriores.html)>. Acesso: 23 março 2014.

ALVES, S. Q. C. **A MULHER NO CONTEXTO TRABALHO/FAMÍLIA**: Jornada dupla ou desafio? 2002. 44 f. Monografia (Especialização em Psicologia) - Universidade Potiguar, Natal, 2002.

AMÂNCIO, C. Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004.

AMPARO, L. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forese Universitário, 2010.

BELIK, W. Perspectivas para Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. 48. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Princípios e Diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Textos de referência. Brasília, 2004.

BRASIL, Consea. **4º Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos. Brasília: Consea, 2011. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/carta-politica-da-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional> Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL, Consea. **5º Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Comida de Verdade no campo e na cidade. Brasília: Consea, 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/divulgada-carta-politica-da-5a-conferencia-nacional>. Acesso em: 09 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã (Brasília). Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. 2014. Disponível em:

<<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Avaliação do Programa Bolsa Alimentação: segunda fase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Programa Bolsa Família: guia do Gestor**. Secretaria Nacional de Renda Cidadania. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: o que é**. p. 17-22, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

BURLANDY, L.O. **Comunidade Solidária e os Programas de Alimentação e Nutrição. Focalização e Parcerias**. 2003. 305 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, Trabalho e Cuidados:: mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012.

\_\_\_\_\_. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**, v. 14, n. 2, p. 153-168, 2008.

COHN, A. Políticas Sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, v. 6, n. 12, p. 1-18, 2005.

COSTA, B.L.D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação: os casos das políticas públicas de assistência social e adolescência. In: Carvalho A, Salles F, Guimarães M, U de W, organizadores. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX; p. 27- 57, 2003.

DEL PRIORI, M. BASSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2004.

\_\_\_\_\_. **An Introduction to Qualitative Research**. London: Sage, 1998.528 p.

FRASER, Nancy. La Justicia Social en la era da las \_\_políticas de identidad\_\_: redistribución, reconocimiento y participación. Apuntes de Investigación del CECYP, Buenos Aires, ano 2, v. 2/3, 1998, p. 17-36.

FREIRE, P. NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, MALUF, R.S. et al. **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberação**. Campinas: IE/Unicamp, p. 1-21, 2000.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Portugal: Celta Editora Ltda., 1996.

HATCH, J. A.; WISNEWSKI, R. **Life History and Narrative**. London: Falmer, 1995. 145 p.

HOROCHOVSKI, R.R. **Empoderamento: definições e aplicações**. 30º Encontro Anual da Anpocs: Poder Político e Controles Democráticos, Paraná, v. 00, n. 00, p.00-00, out. 2006.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 4. ed. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva S.a., 2000.

JOVCHELOVICHTH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, p.90-113, 2002.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, v. 2, n. 1, p.7-54, 1989.

LAMNEK, S. **Qualitative Sozialforschung**. Munich: Psychologie Verlags Union, 1989.

LEON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revista Estudios Feministas**, v. 8, n. 2, p. 279-281, 2000.

LISBOA, T. K. (2000) Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de -empoderamento|| das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. **Tese (Mestrado em Sociologia)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

MAGALHÃES, R. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MALUF, R; MENEZES, F. Segurança alimentar: pelo direito à alimentação. In: MALUF, R, S; MENEZES, F. **Cadernos de propostas sobre segurança alimentar**. Campinas: Unicamp, 2001.

MARIANO, S. A. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, p. 155-187, 2008.



MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária Ufpb, 2004. 204 p. (Coleção Extensão Popular).

MELO NETO, J. F. **Extensão popular**. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, vol. 1, 2006.

MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Roque, v. 5, n. 1, 2014.

MOSER, C. A theory and methodology of Gender Planning: Meeting Practical and Strategi gender needs. **Gender and Planning Working Papers**, London, Development Planning Unit. University College London, n. 11, 1986.

MOZART, J.O. O financiamento da área social e do sistema único de saúde. **Temas em debate. Brasil**. 2005. Disponível em: <[www.datasus.gov.br/cns/temas/Financiamento-cadernos](http://www.datasus.gov.br/cns/temas/Financiamento-cadernos)>. Acesso: 25 março 2014.

NASCIMENTO, M.A. G e SILVA, C.N.M. Rodas de Conversa e Oficinas Temáticas: Experiências Metodológicas de Ensino Aprendizagem em Geografia. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre, 2009.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento** (–empowermentII). Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

PELIANO, A. M. T. M. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição: breve retrospectiva histórica. In: **Caderno NESP: Economia e Nutrição – contribuição para um debate/ CEAM / Núcleo de Estudos em Saúde Pública**. Ano 1, nº 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; 1998.

PEREIRA, P. A. P. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis**, v. 7, n.1, p. 112-122, 2004.

PERKINS, D.D. Speaking truth to power: empowerment ideology as intervention and policy. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, p. 765-94, 1995.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. v. 23, n. 5, p. 569-79, 1995.

PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

RIESMAN, C. K. **Narrative Analysis**. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

SCHOTTZ, V. **Programa Bolsa Família: dilemas e avanços no combate à fome e a miséria.** Um estudo de caso do Município de São Francisco de Itabapoana – RJ. 2005. 158f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2005.

SCHUTZE, F. **Die Technik des Narrativen Interviews in Interaktionsfeldstudien** – Dargestellt an Einem Projekt zur Erforschung von Kommunalen Machtstrukturen. Unpublished manuscript, University of Bielefeld, Department of Sociology, 1997.

SILVA, N.B. **Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica.** 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVA, R. R. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Revista Virtual Textos e Contextos**, v. 1, n. 5, p. 1- 19, 2006.

SOLOMON, B. **Black empowerment: Social work in oppressed communities.** New York: Columbia University Press, 1976.

TURATO E.R. [Introduction to the clinical qualitative research methodology: definition and main characteristics. **Rev Portug Psicossomática**, v. 2, n. 1, p. 93-108, 2000.

VALENTE, F.L.S. **Inserção de componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia nacional de desenvolvimento** [relatório final]. Brasília: FAO, 1996.

\_\_\_\_\_. **Direito Humano à Alimentação: desafio e conquistas.** São Paulo: Cortez; 2002.

VASCONCELLOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, v. 15, n 2, p. 127-138, 2002.

VASCONCELOS, E.M; CRUZ, P.J. S. C. **Educação Popular Na Formação Universitária: Reflexões Com Base em uma Experiência.** 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health.** Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

ZIMMERMAN, M. A. Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions. **American Journal of Community Psychology**, v. 18, p. 169, 1990.



## **APÊNDICE**

## Apêndice 1: Material indexado

- Entrevistada I

**Caracterização:** Isabel Cristina Mecedo Silva, nome real da entrevistada, popularmente conhecida como Boneca, utilizado com a sua autorização. Com 36 anos de idade Boneca recebe o Bolsa Família há 5 anos e é integrante do grupo Vida Nova há 3 anos. A entrevista foi realizada na sala do Núcleo PENSO, na UFCG - CES, sem nenhum entrave durante a entrevista que durou 17 minutos e 44 segundos, realizada no dia 11 de fevereiro do corrente ano.

Isabel nasceu no ano de 1978, saiu de casa aos nove anos de idade e foi morar nas casas dos outros pra tentar a vida, Entrou em um relacionamento aos 15 anos, no qual teve seu filho no ano de 1998, após o término do seu relacionamento Boneca continuo na para manter ela e seu filho. Hoje ela encontra-se em outro relacionamento, o qual, mora junto dela e seu filho. Além do auxílio do BF ela trabalha como faxineira em uma pousada da cidade, seu atual companheiro não trabalha e ela mantém o sustento da casa.

- Entrevistada II

**Caracterização:** Gilvaneide da Silva Costa, nome real da entrevistada, 39 anos, utilizado com sua autorização, recebe o Bolsa Família há cinco anos, segundo ela e é integrante do grupo Vida Nova há três anos. Vive em união estável e tem dois filhos. A entrevista realizou-se na sala do Núcleo Penso no dia 13 de fevereiro do corrente ano sem nenhum entrave durante a entrevista. Gilvaneide falou por 21 minutos e 4 segundos.

Ela nasceu no ano de 1976, e foi morar com seu atual companheiro aos 15 anos de idade, engravidou aos 17 e perdeu o filho, ganhando anos depois seus dois filhos vivos. Sem renda alguma, sofreu bastante na vida remetendo sempre a falta de água na região e a conseqüente falta de emprego. Hoje seu a marido é cabeleireiro e tem seu pequeno negócio próximo de sua casa e ela recebe o auxílio do Bolsa Família.

- Entrevistada II

**Caracterização:** Rozilene dos Santos Ferreira, nome real da entrevistada, mais conhecida como Preta, com a sua autorização. Recebe o Bolsa Família há 5 anos e há três é integrante do grupo Vida Nova. A entrevista ocorreu sem entraves e foi realizada na sala do Núcleo PENSO, na UFCG-CES com duração de 12 minutos e 4 segundos.

Preta, como gosta de ser chamada, foi criada pela mãe e perdeu seu pai quando criança, sua timidez e reclusão na juventude, na qual marca muito a sua história de vida, é advinda pela tristeza pela de seu pai. Tem um relacionamento estável com quem tem um filho. O seu companheiro vive de bicos de trabalho e ela apenas com o Bolsa Família.

- Entrevistada IV

**Caracterização:** Maria das Vitórias das Neves, nome real da entrevistada, mas prefere ser chamada por Vitória, 30 anos, há 4 anos é titular de direito do Bolsa Família e há dois anos é integrante do Grupo Vida Nova. A entrevista com Vitória ocorreu sem nenhum entreve e foi realizada na sala no Núcleo PENSO na UFCG- CES, com a duração de 8 minutos e 42 segundos.

Em sua narrativa Vitória declara o sofrimento enfrentado pela pouca condição financeira, tem um relacionamento estável, com dois filhos. Em sua casa o dinheiro que chega é do lucro recebido pelo marido, como moto-táxi e o Bolsa Família. Vitória é dona de casa.

- Entrevistada V

**Caracterização:** Ângela Maria da Conceição está há 3 anos no Grupo Vida Nova e recebe o Bolsa Família desde 2006. A entrevista com Ângela foi bastante tranquila e teve duração de 16 minutos e 20 segundos, e ocorreu no dia 04 de março do corrente ano.

Durante a sua história de vida Ângela deixou claro a triste notícia de abandono dos pais, hoje com tem três filhos e hoje está separada do marido, mas já está em outro relacionamento com quem convive até os dias de hoje. Sua renda advém de um trabalho como garçomete em uma lanchonete mais o auxílio do Bolsa Família, seu companheiro não trabalha.

- Entrevistada VI

**Caracterização:** Adriana de Souza Costa Silva, nome está há três anos no grupo Vida Nova e há mais de 5 anos é titular de direito do Bolsa Família, a entrevista com Adriana foi realizada na sala do Núcleo PENSO na UFCG-CES com a duração de 7 minutos e 2 segundos.

Durante a sua entrevista, Adriana dá ênfase à luta diária pela vida quando cita a ajuda que sempre deu aos pais na agricultura. Ao entrar em um relacionamento, o qual tem uma filha, relata ainda trabalhar no roçado em períodos de chuva, mas que hoje o Bolsa Família veio pra complementar o sustento da família.

## Apêndice 2 : Material não indexado

MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA E OS CAMINHOS PARA O EMPODERAMENTO	<p>Liberdade</p> <p>Concientização dos direito</p> <p>Empoderamento como processo de aprendizado</p>
Rosa	<p><i>Na verdade, na verdade, foi o grupo que nos <b>convenceu</b> que a gente tinha realmente esse direito. Por isso eu digo a você que foi o Bolsa e o grupo Vida Nova que veio lá “<b>clarear as ideias</b>”.</i></p>
Zuzu	<p><i>“Eu <b>aprendi</b> muitas coisas. Sobre os direitos da mulher em ser agredida e não ficar calada. Tem a delegacia da mulher que a pessoa faz a ficha aqui e depois vai pra Campina Grande e a pessoa aprende muitas coisas.”</i></p> <p><i>“ E a partir da minha entrada no grupo eu comecei a <b>perceber</b> as coisas como eram, como era a lei. Aí eu tomei a <b>decisão</b> de me separar e denunciar.”</i></p>
Nízia	<p><i>“Teve o curso de pintura que a gente fez com o pessoal do CRAS pelo Bolsa e se não fosse o grupo não teríamos conseguido. E até hoje foi o único curso que fizemos foi o de pintura. <b>Aprendi</b> mesmo como grupo foi ele que botou pra eu ir pra o curso.”</i></p>
Simone	<p><i>“A pessoa tinha que ficar em frente, tinha que ir e eu já esmorecia e agora eu digo: Ah! Todo mundo vai, todo mundo sai, porque eu não posso? <b>Eu sou capaz</b>. E vou. <b>E consigo</b> e ate hoje estou conseguindo, graças a Deus e espero mais.”</i></p>



GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR E O VIVER JUNTO	Ludicidade
Simone	<i>"A partir desse grupo eu me desenvolvi muito, enfrentei a timidez, que eu falei que tinha. Eu perdi a timidez com as <b>"brincadeiras"</b>, conversas que a gente tem, muita gente interagindo"</i>
Maria	<i>"A gente <b>se distrai</b> e aprende muita coisa. (...) Tanta <b>coisa boa</b>, tanta coisa especial!"</i>
Nízia	<i>"O que acontece são muitas <b>brincadeiras</b>, passeios, <b>diversão</b> e os <b>amigos</b> que a gente encontrou, até <b>família</b> que eu não tinha, hoje eu tenho mais.¶</i>
Pagu	<i>"Faz mais ou menos dois anos por aí que eu estou no grupo, nesse grupo ao se encontrar a gente tem o <b>acolhimento</b>, depois <b>brincadeiras</b>, enfim."</i>

GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR E O VIVER JUNTO	Espiritualidade
Zuzu	<i>"E teve essa época que eu tive que tomar decisões mesmo e não voltei atrás não! Porque ele (marido) ofereceu muita droga a ele (filho) (...) E teve essa época que eu tive de tomar decisões mesmo, e não votei atrás não. Seja lá o que <b>Deus</b> quiser, se <b>Deus</b> quiser que eu volte, <b>Deus</b> vai ver as <b>decisões</b>. <b>Deus</b> vai tomar as <b>decisões</b> por mim, não sou eu não. "</i>

Simone	<p><i>“Fiquei uma adolescente tímida, e esse grupo é que veio graças a Deus pra tirar mais essa timidez. Mas graças a Deus eu fui feliz e sou, graças a Deus.”</i></p>
--------	--

<p>A EMANCIPAÇÃO COMO PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE VIDA PELAS MULHERES</p>	<p>Emancipação</p> <p>Autonomia</p> <p>Independencia feminina</p> <p>Valorização da mulher</p> <p>Administração familiar</p> <p>Inclusão social</p>
Rosa	<p><i>“Na minha casa não tinha geladeira; como eu já disse a você, eu não tinha um colchão digno pra dormir. Depois do Bolsa Família, você conhece minha casa, não é? Não é uma coisa luxuosa. Mas eu tenho minha cama, tenho geladeira, meu colchão, meu guarda-roupas; os meninos cada qual tem o seu, eu tenho fogão novo, tudo com o dinheiro do Bolsa e a última compra com esse dinheiro foi a realização de um sonho dos meninos: um notebook. Estou pagando com o dinheiro do Bolsa, entendeu? O Bolsa mudou, mudou minha vida!”</i></p> <p><i>“Muita gente no começo dizia que o Bolsa... Criticavam quem tirava o Bolsa Família. Porque diziam que era pra gente miserável. Eu não gosto nem de citar esses nome! Ou seja, é estar no fundo do poço e ir lá pra o finalzinho. E isso eu não comentava porque não é todo mundo que tem uma vida difícil que gosta de sair comentando, porque aí se sente pra baixo né?”</i></p>

Zuzu	<p>“Tem mãe que diz assim: Meu filho vá pra escola pra não perder o Bolsa Família! Eu fico muito chateada quando eu escuto uma mãe dizendo isso, porque ela está interessada no dinheiro que ela vai tirar do cartão. Eu nunca abri a boca pra falar isso pro meu filho! Eu disse: Minha filha vá pra escola. Ela responde: Mãe é pra não perder o Bolsa? Eu disse: Não! É pra você <i>ser alguém na vida</i>. Pra você estudar, ser doutora, doutor, médico, polícia, seja lá o que você <i>decidir ser</i>, não é pelo Bolsa não, pois <i>dinheiro não é tudo</i> não. A pessoa hoje tem que ter estudo. <i>Sem estudo ninguém é ninguém</i>”</p> <p>“Tem meses que eu recebo 298 reais, <i>240 eu tiro pra feira e pro botijão</i>, e os outros 58 eu compro sandália pra um, pra outro e pra outro. O que sobra eu coloco dentro de um “miaeiro”, que tem na minha casa, que é pouquinho, pra quando for ao final do <i>ano eu poder comprar</i> uma “párea” de roupa boa e um par de sandálias. E todo mês essa rotina. Aí quando um estiver doente, esse dinheiro eu já <i>tomo emprestado</i> e compro a medicação deles, aí já não tem a sandália, porque tem a medicação”.</p>
Simone	<p>“O Bolsa Família veio assim a calhar mesmo. É uma <i>renda a mais</i> que todo mês tem aquele <i>dinheiro ali certinho</i> e serve pra gente e pros filhos. Comprar para os filhos materiais, roupas. Muito bom muito bom o Bolsa Família”.</p>
Pagu	<p>“O PBF, remete pra mim <i>mudança!</i> Por que dele a família consegue se manter em questão de alimento, escola para os meninos, calçados, roupas, medicação, tudo isso.”</p> <p>“Minha vida <i>mudou</i>, assim, questão do Bolsa, né! Esse Bolsa eu <i>dependo bastante</i> dele. (...) É do Bolsa que eu <i>dependo</i>, eu endividada se tirarem o Bolsa, como vai ser? Pra ver como a vida é difícil, <i>a gente quer trabalhar</i>, mas</p>

	<i>não tem como. Mas é isso mesmo.”</i>
Nízia	<i>“Eu me acho, assim, uma guerreira porque tem muitas por aí que o que elas ganham não dá <b>valor</b>, é mais pra farra e eu não, me sinto mulher guerreira por isso. Muita gente aqui me conhece e sabe da minha história. Imaginar, meu Deus, meu filho já está fiando um rapazinho. Então eu tenho que trabalhar. E <b>hoje eu trabalho</b> não sei até quando, mas <b>sempre vou depender</b> do meu Bolsa Família.”</i>

**ANEXO**

**ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**UNIDADE ACADÊMICA DA SAÚDE**

**CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**PROJETO DE PESQUISA: EMPODERAMENTO PESSOAL DE MULHERES  
TITULARES DE DIREITO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO  
DE CASO**

***TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO***

Eu,....., fui informado(a) e aceito sobre o objetivo da pesquisa, sob a coordenação da professora Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, com o título acima citado. Minha participação é voluntária, o que significa que eu poderei desistir a qualquer momento, retirando meu consentimento, sem que isso me traga nenhum prejuízo ou penalidade.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender a perspectiva de mulheres titulares de direito do Programa Bolsa Família e participantes de um grupo de educação popular sobre empoderamento pessoal.

Os riscos envolvidos na sua participação são mínimos, como: sentir-se constrangido durante o momento da entrevista por dificuldade para falar sobre o tema. Esses riscos serão minimizados pelo pesquisador, durante as entrevistas, através da moderação e encorajamento dos comentários de cada um.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº 466/12 – CONEP. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente a Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, no endereço Rua Olho D´Água da Bica, s/n, Cuité-PB, CEP 58175-000, Telefones:(83)3372-1900/9931-9774 ou pelo email vanillepessoa@gmail.com.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, Universidade Federal de Campina Grande, Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José, CEP 58.107-670, Campina Grande/PB.

---

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, e concordo em participar voluntariamente da pesquisa Empoderamento pessoal de mulheres titulares de direito do programa bolsa família: um estudo de caso, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Cuité (PB), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Participante da pesquisa

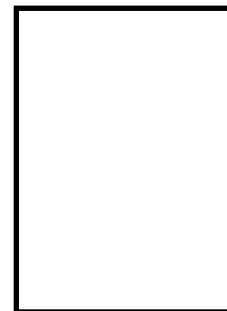
Nome:

---

Assinatura:

---

Pesquisador responsável



Nome:

---

Assinatura:

---

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC,  
Universidade Federal de Campina Grande, Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José,  
CEP 58.107-670, Campina Grande/PB

\* DOCUMENTO EM DUAS VIAS, UMA PARA SER ENTREGUE AO  
PESQUISADO.